

Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017¹

Jania P. D. Aquino²
Daniel Hirata³

Introdução: abordagens etnográficas e positivações da violência e do crime

Este levantamento pretende ser um instrumento de consulta a pesquisadores interessados em enveredar pelos caminhos da etnografia e da teoria etnográfica como categoria positivadora de práticas sociais e como referencial para compreender o “crime”. Para tanto, apresentamos e debatemos trabalhos relevantes e expoentes dessa modalidade de pesquisa no Brasil. Nosso recorte cronológico corresponde ao período de 2000 a 2017, mas consideramos oportuno, nestas considerações introdutórias, destacarmos a contribuição de pesquisas realizadas em décadas anteriores, sobretudo nos anos 1990.

Esclarecemos que utilizamos os termos “positivações”, “positividades” e “positivo” neste texto de forma específica. Não se trata de um conceito moral, mas analítico, que aponta para uma atenção aos aspectos produtivos das práticas etnográficas. Isso significa o uso de estratégias analíticas opostas àquelas que descrevem as práticas pela sua “falta” ou ausência,

como seria de se esperar de uma abordagem “negativadora” ou “negativa”. Para os estudos sobre criminalidade essa dimensão produtiva nos parece especialmente importante e reveladora. Essa abordagem, de certa forma, é constitutiva da descrição etnográfica, mas também encontra proximidade com a analítica do poder em Foucault (1988), especialmente em sua crítica da hipótese repressiva. Enfatizamos, portanto, que essa abordagem é estritamente analítica, evitando assumir unilateralmente uma perspectiva jurídica, Estado-centrada ou acusatória das práticas criminais.

Temáticas relacionadas a violências e conflitos sociais ganharam visibilidade no Brasil por volta dos anos 1970, quando a chamada “violência urbana” começou a ser percebida como um problema social, passando a repercutir nos noticiários e a entrar de forma mais central nas pautas de governos. Durante os anos 1980, as séries estatísticas se tornaram uma importante modalidade de dados e passaram a orientar diversas pesquisas nessas temáticas. Naquele período, os trabalhos de cunho

-
- 1 Gostaríamos de agradecer profundamente o privilégio da leitura (e dos generosos comentários e revisões) de uma versão preliminar deste texto feita por Taniele Rui, Gabriel Feltran e Adalton Marques.
 - 2 Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFC em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência (UFC), nas temáticas da violência, crime e mercados ilegais. Autora do livro *Príncipes e castelos de areia: um estudo da performance nos grandes roubos*. E-mail: perladiogenes@hotmail.com
 - 3 Professor adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (GSO-UFF), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF). Pesquisador do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NECVU-UFRJ) e do Núcleo de Pesquisas em Economia e Cultura (Nucec-UFRJ). E-mail: velosohirata@gmail.com

etnográfico eram escassos e uma retórica de denúncia transbordava os textos, cujas análises e argumentos se desenvolviam, não raro, sob a premissa de negatividade categórica da violência, que também era apresentada como exterior e um fenômeno a ser combatido.

Os trabalhos de José Ricardo Ramalho (1979), *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*, dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo (USP), e de Alba Zaluar (1984), *A máquina e a revolta: as organizações vicinais e o significado da pobreza* (tese de doutorado defendida na mesma instituição, cuja versão em livro, publicado em 1985, intitula-se *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*), devem ser destacados, justamente por constituírem exceções no conjunto da produção dominante da época. Esses dois trabalhos, reconhecidamente importantes até hoje, contudo, não ensinaram uma produção que conseguisse colocar a etnografia como método e o crime como categoria não normativa no centro do debate acadêmico naquele momento.

A pesquisa de Ramalho buscou certamente iniciar esse caminho, e a de Zaluar utiliza o método etnográfico. Mas o surpreendente é que uma década se passou e poucos trabalhos continuaram nessas trilhas. Talvez encontrássemos mais referências se explorássemos alguns estudos de gênero dirigidos – por exemplo, a questão da prostituição. Podemos mencionar a dissertação de mestrado de Nestor Perlongher (1986) *O negócio do michê: a relação entre o prostituto viril e seu cliente*, defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em que, sob uma inspiração não ortodoxa entre a escola de Chicago e os conceitos de Deleuze e Guattari, o autor defende uma relação não normativa com seus atores, considerados “à margem”.

Em um olhar retrospectivo é possível perceber que o entendimento do “crime” por meio de uma perspectiva etnográfica já era existente nesse período. Contudo, podem ser

caracterizadas como descontínuas e, por isso, encontramos pontos dispersos na produção do período. Em um pertinente texto de 1999, em que discute a produção em ciências sociais no Brasil dentro da temática das violências, Rifotis (1997) chama a atenção para a recorrência de abordagens homogeneizadoras que “sob o rótulo de violência” designariam diversas modalidades de fenômenos, e ressalta que:

a produção científica sobre a violência no Brasil, principalmente a partir dos anos 80, concentra-se, sobretudo, nos campos da cidadania e do limite da ação do estado, sendo dada primazia ao estudo denunciatório, aquele que reclama o fim da violência, em relação ao discurso analítico (Ibid., p. 4-5).

De acordo com o autor, é “na perspectiva de uma abordagem mais vivencial, mais próxima das experiências concretas, que podemos começar a pensar na pluralidade da violência e sua significação” (Ibid., p. 5-6.). Assim, enfatiza a necessidade de “permitir o resgate de um elemento fundamental que é a percepção dos sujeitos concretos envolvidos em situação de violência” (Ibid., p. 08.), e assinala que seria “fundamental a multiplicação dos estudos etnográficos para que a prática concreta não seja ofuscada pela força dos objetos reificados” (Ibid., p. 09.). A análise de Rifotis retrata bem a produção brasileira sobre crimes e violências até meados dos anos 1990 e as décadas seguintes vieram mostrar a pertinência de suas proposições.

Ainda em 1998, foi publicada a versão em livro da dissertação de mestrado, defendida um ano antes, de Antônio Carlos Rafael Barbosa, intitulada *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Nesse trabalho, Barbosa (1998) aborda as dinâmicas de funcionamento do tráfico de drogas no Rio de Janeiro sem enveredar para uma retórica denunciatória. Essa ousada obra propõe um deslocamento de perspectiva, condição de possibilidade para

que o “crime” pudesse ser visto como uma categoria analítica, para além das limitações apontadas por Rifiotis no contexto da produção vigente à época: “Tratava-se naquele momento de reconhecer uma ‘positividade’ para o tráfico de drogas; evitando, assim, as abordagens correntes que tomavam o fenômeno puramente como matéria penal ou digno de uma leitura sociológica com ênfase em seus aspectos agonísticos” (BARBOSA; 2001, p. 166). Esse deslocamento foi realizado na tentativa de descentrar a posição que sempre explica os fenômenos por meio de um paralelismo, um acoplamento e/ou um atravessamento indevido do Estado (BARBOSA, 2001), ou seja, uma perspectiva que tem sempre como referência a institucionalidade estatal, impedindo a compreensão das lógicas próprias de organização social de um universo de práticas que parecem se conformar de forma distinta.

O conceito de “violência urbana” já havia sido posto em xeque por Luiz Antônio Machado da Silva, expoente intelectual maior de uma geração anterior a Barbosa, cujos trabalhos são decisivos na construção dessa “perspectiva outra”. O autor situa o termo como uma representação de práticas e modelos de conduta subjetivamente justificados (MACHADO DA SILVA, 1999, 2008), considerando-o objeto de pesquisa ao invés de conceito analítico e, assim, rompe com uma circularidade argumentativa nos estudos dessa temática (MISSE, 2006). Práticas e modelos de conduta identificados com o termo “violência urbana”, na perspectiva de Machado da Silva (1999, 2008), constituiriam um ordenamento social específico, distinto do ordenamento legal-institucional, coexistindo com o segundo sem buscar necessariamente substituí-lo.

A tese de doutorado de Michel Misse (1999) parece confluir conceitualmente na mesma direção, ainda que por linhagens teóricas distintas, ao propor o conceito de sujeição criminal. A transferência do ato criminoso ou

da transgressão à lei para os sujeitos do crime, para uma subjetividade essencialmente nociva e hostil, é parte de uma crença generalizada que estabelece a partilha e sua irredutibilidade entre o “cidadão de bem” e o “criminal”, ou seja, de uma diferença profunda em que a universalidade da igualdade diante da lei e dos procedimentos de presunção da inocência não podem existir. Diferente da ideia de “desvio” ou de “rótulo”, que pressupõem certa norma ou normalidade que baliza o seu oposto, no caso da sujeição criminal a norma parece ser a própria partilha entre uns que são sempre perigosos e outros não, quase independentemente da cadeia de ações para uns ou absolutamente distinguível para outros. Isso tem como consequência lógica que o desvio só pode ser concebido por relação a uma norma que se pretende universal e igualitária – enquanto a sujeição criminal não aspira a construção de uma norma igualitária, mas sim uma desigualdade que justifica, no limite, a eliminação dos sujeitos indesejáveis, hostis ou nocivos.

No mesmo ano da publicação da pesquisa de Barbosa (1998), Glória Diógenes defende sua tese de doutorado na Universidade Federal do Ceará (UFC), intitulada *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip-hop*, em que analisa as significações atribuídas à violência por integrantes de gangues residentes na periferia de Fortaleza (DIÓGENES, 1998). A autora explora dimensões positivadas da violência, apresentada como um tipo de linguagem manuseada por estes jovens.

Nos anos seguintes, merecem ênfase alguns trabalhos publicados pelo Núcleo de Antropologia da Política (Nuap), por constituírem abordagens inovadoras de temáticas relacionadas ao crime e à violência. No livro *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*, César Barreira (1999) analisa os chamados “crimes de pistolagem”, em que “mandantes” contratam “pistoleros” para

assassinar inimigos e desafetos. Evitando classificar previamente ou negatizar o fenômeno, Barreira privilegia as significações atribuídas a esses crimes por seus protagonistas e destaca processos e dinâmicas sociais que possibilitaram a essa atividade criminal, originária do sertão, mostrar-se compatível e operante em contextos urbanos. Outro texto importante da coleção do Nuap para as discussões sobre conflitos sociais e crimes foi *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão do Pernambuco*, de Ana Cláudia Marques (2002), em que são analisados conflitos de longa duração entre famílias do interior pernambucano. No livro, são etnografados alguns desses embates, marcados por ofensas e ameaças mútuas, a partir dos quais a autora empreende uma abordagem positivadora das violências e conflitos abordados, privilegiando o ponto de vista dos interlocutores. Também relevante para as temáticas em pauta foi *O povo em armas: violência e política no sertão do Pernambuco* de Jorge Vilella (2004), cuja pesquisa focalizou coletivos de homens armados que circulavam no Nordeste, principalmente pelo sertão. Sem incorrer em uma retórica denunciatória, Vilella (Idem) indaga sobre os mecanismos que produziam e sustentavam tais agrupamentos, problematizando as circunstâncias e redes de relações que levaram à existência do “povo em armas”.

Consideramos importante destacar as pesquisas, abordagens e discussões desenvolvidas no decênio de 1990 e início dos anos 2000 por se basearem em rigorosos trabalhos de campo e pelo modo positivado com que abordam temáticas relacionadas a violências e atividades criminais, sem circunscrevê-las por premissas normativas. São trabalhos que tiveram amplo reconhecimento entre pesquisadores de suas respectivas temáticas e inspiraram dezenas de jovens cientistas sociais a analisarem dinâmicas do crime, conflitos sociais e violências, em uma perspectiva etnográfica e em diálogo com outras óticas.

Nos anos 2000, observamos um substancial aumento na quantidade de etnografias entre as pesquisas sobre o crime e dispositivos de controle social, suas dinâmicas e agentes, e por essa razão é o início mais substantivo de nosso recorte temporal. Houve mais uma nova aproximação, um movimento simultâneo, que se mantém, de antropólogos interessados por temáticas relacionadas à criminalidade e à violência, e de sociólogos que adotam perspectivas etnográficas em seus trabalhos, mostrando-se empenhados em elucidar ou mesmo tematizar a perspectiva dos seus interlocutores de campo. Essa postura metodológica e analítica tem trazido uma relevante contribuição ao campo de estudos no país, permitindo acumular dados e análises mais próximos de universos empíricos e a compreensão mais alargada de situações e contextos relacionados ao crime, cujos personagens e motivações, à luz da etnografia, têm se tornado mais inteligíveis e intensamente debatidos, de forma ampliada e em diálogo com outras abordagens desses fenômenos.

Essa produção que começa a proliferar nos anos 2000 vem sendo construída a partir de uma discussão coletiva e não consensual, com tantas sintonias quanto dissonâncias, desenvolvida nos encontros da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), da Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) e seminários de diversos grupos de pesquisa, muitos dos quais resultaram em publicações coletivas de vários dos autores que iremos elencar. Certamente, o crescimento de trabalhos que têm o método etnográfico como guia e a positivação do crime como categoria analítica não decorre da formação de um grupo coeso, e com fortes ligações teóricas, metodológicas e analíticas, ao contrário, resulta de um amplo e inventivo universo de propostas que se chocam, encontram-se e modificam-se simultaneamente. Não

por acaso, parte das pesquisas e pesquisadores aqui mencionados são provenientes de outras temáticas de pesquisa, como a religião, o associativismo ou as questões urbanas, que, ao se defrontarem com o “crime” em seus trabalhos de campo, passaram a analisá-lo em diálogo com outras problemáticas e categorias analíticas, enriquecendo o debate. De fato, é a experiência radicalmente etnográfica, e não somente um recorte temático, que permite descrever o “crime” de forma positivada e, portanto, é compreensível que a emergência desse tema ocorra em pesquisas com pontos de partida variados.

Optamos por utilizar como referência para nossa listagem as teses e dissertações dos autores e não os livros que eventualmente foram publicados posteriormente, para que as datas de defesa ajudassem os leitores a compreender como esses trabalhos produziram um conjunto de reflexões que foram recuperados criticamente ao longo do tempo. Ainda em relação a essa opção, consideramos que a base de periódicos SciELO, a criação das diversas bibliotecas eletrônicas das universidades brasileiras e outros acervos acadêmicos disponíveis na *web* têm facilitado o acesso a teses e dissertações, o que pode contribuir para eventuais consultas por parte dos leitores.

Identificamos um repertório amplo e variado de trabalhos baseados em pesquisa de campo e com inspiração etnográfica, abordando diferentes enfoques de fenômenos e problemáticas relacionadas ao crime, desenvolvidos em diferentes estados e universidades do país, de modo que a discussão acadêmica brasileira dispõe, atualmente, de um valioso e heterogêneo conjunto de pesquisas. Para fins de exposição procuramos agrupar as referências das pesquisas detectadas a partir de alguns recortes temáticos. Embora parte dos trabalhos possam ser agrupados em dois ou mais desses recortes, essa organização é importante para termos um panorama expressivo dos temas e enfoques

analíticos recorrentes nas pesquisas: dinâmicas criminais e relações sociais no universo do crime (ALVES, 2003; AQUINO 2004, 2009; BIONDI, 2014, 2010; LIMA FILHO, 2017; GRILLO, 2013; HIRATA, 2010; LOPES JUNIOR, 2007; MARQUES, 2010; SEPÚLVEDA FILHO, 2013, SILVA, 2015; ZILLI, 2011, 2015); crime e conflitos nas periferias urbanas (AGUIAR, 2017; CAMPOS, 2012; CHAGAS, 2012; FELTRAN, 2008; FREITAS, 2016; MATTOS JÚNIOR, 2008; MENEZES 2015; MORAES, 2007; PAIVA, 2007; SÁ, 2010; SOUZA, 2001; TELLES, 2009a, 2009b; TELLES; HIRATA, 2007, 2010); produção, uso e tráfico de drogas (OBERLING, 2011, FIORI, 2013; FRÚGOLI JUNIOR, 2012; MARTINEZ, 2015; GRILLO, 2008; POLICARPO, 2013; RATTON; DAUDELIN, 2017; RUI, 2014; VARGAS, 2001; VERISSIMO, 2013); adolescentes em conflito com a lei (MALLART, 2012; MARINHO, 2012; MELO, 2013; NERI, 2009; VIEIRA, 2014); juventude e crime (FEFFERMAN, 1997, 2004; FELTRAN, 2011a; FONSECA, 2006; LYRA, 2013, MALVASI, 2012; MARQUES; BIONDI, 2011; VALENTE, 2017); crime e prisões (ANGOTTI, 2011; BUMACHAR, 2016; DIAS, 2014; GODOI, 2015, 2010; LAGO, 2014; LEMOS, 2017; LIMA, 2004; LIMA, 2013; MACIEL, 2014; MELO; ALVES; CAVALCANTE, 2015; MELO; RODRIGUES, 2017; OLIVEIRA, 2012; PADOVANI, 2015; PIMENTA, 2014; PORTO, 2017; SANTOS, 2015; SIQUEIRA, 2016) controle social e ilegalismos (ALMEIDA; BRASIL, 2011; ARAUJO, 2013; BORBA, 2014; VIEIRA, 2014; BARBOSA, 2017; LABRONICI, 2012; PIRES, 2010; SANTOS FILHO, 2015; SILVA, 2010, 2015; SILVA, 2013); mulheres e crimes (ALMEIDA, 2000, 2001; FRAGA E NASCIMENTO, 2017; OLIVEIRA, 2012); crimes e conflitos sociais em contextos rurais (AYOUB, 2016,

ARRUDA 2008; FREITAS, 2002, 2003; CAVALCANTE, 2003); crime, narrativas e emoções (ANGELIM, 2012; AQUINO, 2017; AZEVEDO, 2015; CRISÓSTOMO, 2011; FACINA, 2011; FACINA; PEREIRA; ARAGÃO, 2012; FREITAS, 2002, HYRA, 2006; MAGALHÃES, 2006; MALHEIROS, 2017; MARINHO 2004; OLIVEIRA, 2007; PAES-MACHADO; VIODRES-INOUE, 2015; SALES, 2013, VIODRES-INOUE, 2008; VALENTIM, 2017; ZARANZA, 2004); crime, judiciário e justiça criminal (FACHINETTO, 2012; MENDONÇA, 2015; MOREIRA-LEITE, 2006; PAES, 2010; SCHRITZMEYER, 2002; SANTOS, 2008; SILVA 2013; SIMIÃO, 2005; VARGAS, 2004); conflitos e crimes em fronteiras transnacionais (ALBUQUERQUE, 2005; ALMEIDA, 2015; CARDIN, 2012, 2013; COSTA 2015; COSTA; OLIVEIRA, 2014, DORFMAN, 2009; HIRATA, 2015b; OLIVAR, 2015; OLIVEIRA, 2013; RABOSI, 2004, 2015; RENOLDI, 2007); interfaces entre “crime” e religião (ALMEIDA, 2009; BIRMAN; MACHADO, 2012; CUNHA, 2014; MACHADO, 2014; ; TEIXEIRA, 2009, 2013); processos de produção do urbano (CALDEIRA, 2000; CAVALCANTI, 2008; COSTA, 2007; FERNANDES, 2013; FRÚGOLI JUNIOR, 2012; LEITE, 2001; MENEZES, 2015; PEREIRA, 2005); experiências do terror (ARAÚJO, 2012; FARIAS, 2014; SANJURJO; FELTRAN, 2015; VIANNA, 2015); e narrativas de mídias sobre o crime (ADERALDO, 2013; MORALES, 2014; PAIVA, 2012).

Obviamente, nessa listagem, pesquisas importantes deixaram de ser mencionadas, mesmo assim consideramos fundamental ressaltar os trabalhos supracitados por se tratarem de dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e artigos acadêmicos inovadores, desenvolvidos em variados programas de pós-graduação do país, que envolveram

criativas metodologias de trabalho de campo e constituem importantes contribuições aos debates de temáticas relacionadas ao crime. No entanto, ante esse vasto repertório de referências, optamos por abordar mais detidamente um conjunto reduzido de pesquisas, por serem de trabalhos que elucidam a dimensão de universo social do crime, seja pela análise das dinâmicas operacionais de algumas atividades ilegais ou pelas particularidades dos vínculos sociais, morais e políticos que conectam seus praticantes. No intuito de melhor explorar as relações entre os eixos temáticos, as análises desenvolvidas e os resultados das pesquisas em pauta, sistematizamos nossa discussão a partir de três sessões denominadas “Mercados ilegais e ilegalismos”, “Coletivos criminais e suas dinâmicas de funcionamento” e “Ética, moral e “política do crime”. Buscamos não só destacar os trabalhos e suas temáticas, mas também apontar as principais problematizações e resultados de uma parte das pesquisas.

Mercados ilegais e ilegalismos

Dentre as pesquisas etnográficas que procuraram positivar o crime ou as práticas criminais, pode-se destacar aquelas voltadas à compreensão do funcionamento dos chamados mercados informais, ilegais e ilícitos. Os trabalhos já citados de Antônio Rafael Barbosa e Michel Misse, datando respectivamente dos anos de 1998 e 1999, são alguns precursores fundamentais por assentarem noções que serão trabalhadas por muitos dos autores ao longo dos anos 2000 e 2010. Os trabalhos têm estilos narrativos e analíticos muito diferentes – Barbosa mobiliza um estilo fragmentário e sintético, Misse é mais estrutural e histórico, mas ambos têm fortes bases empíricas para descrever, de forma até então inédita, o que chamam de “movimento”: categoria nativa para se referir às práticas criminais relacionadas ao mercado varejista de drogas.

Tendo como referência a cidade do Rio de Janeiro, não por acaso, dada a centralidade desse mercado em sua economia criminal, encontramos tanto na dissertação de Barbosa como na tese de Misse descrições dos processos de produção, distribuição e organização das vendas do mercado varejista de drogas. Barbosa avança em uma compreensão das múltiplas categorias nativas que são acionadas pelos seus interlocutores, abrindo caminho para a construção de um léxico criminal. A exploração de uma teoria etnográfica do crime influenciou diversas pesquisas, como as de Carolina Grillo (2008), Adalton Marques (2007a, 2007b, 2009, 2010, 2014, 2017), Paulo Malvasi (2012), Diogo Lyra (2013) e Karina Biondi (2010, 2014). Misse constrói categorias que abrirão caminho para outras pesquisas, notadamente a de mercadoria política, em que se articulam os mundos do crime e da polícia, da economia e da política. Muitas pesquisas diferentes serão herdeiras dessa maneira de se pensar as dimensões políticas dos mercados criminais, como as de Vera Telles (2009a, 2009b), Daniel Hirata (2005, 2009, 2010, 2011, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b), Lenin Pires (2010), Jorge Giraldo Ramirez (2013), Camila Caldeira Dias (2012) e Gabriel Feltran (2006, 2008, 2010, 2011a, 2011b, 2012).

Na primeira metade dos anos 2000, uma série de trabalhos tratam da análise dos mercados informais, ilegais e ilícitos inspirando-se de forma geral na obra de Michel Foucault e, especificamente, no conceito de ilegalismos. Por um lado, o conceito permitiu escapar da pretensa neutralidade e universalidade das categorias jurídicas, situando historicamente “ordem” e “desordem” como domínios que variam no tempo a partir de um campo conflitivo. Dessa perspectiva, desloca-se o binarismo entre interdito e transgressão da lei, pressupostos nas categorias jurídicas, buscando entender os múltiplos efeitos positadores dos ilegalismos. Por outro lado, situa a noção

de delinquência fora do domínio das teorias criminológicas que transladam o ato criminoso em comportamento criminoso, seja esse comportamento explicado por meio de fontes biográficas ou ambientais. A potência explorada por esses autores do conceito, portanto, é situar o “crime” em uma estratégia global dos ilegalismos, sua distribuição desigual segundo certas margens de tolerância ou repressão, como também pode ajudar estudos que busquem entender suas dinâmicas internas. De certa maneira, poderíamos dizer que são trabalhos que prolongam e desdobram algumas das sendas abertas pelos seminiais estudos de Barbosa e Misse sobre os mercados criminais, dado que a influência de Foucault nesses autores é marcante e, mesmo que nos seus primeiros trabalhos não utilizem o termo ilegalismo, posteriormente o farão no bojo desse debate pelas afinidades evidentes do conceito com suas questões de pesquisa. Seguindo a ordem cronológica, que vem conduzindo esse levantamento, podemos ver que diferentes núcleos temáticos vão se incorporando a linhas de problematização comuns no que diz respeito à construção de uma perspectiva que parece estabelecer uma ressonância entre as pesquisas.

Fernando Rabossi defende sua tese em 2004, onde explora etnograficamente as atividades de sacoleiros brasileiros e *mesiteros* paraguaios e, dessa forma, o comércio de rua que acontece na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Trata de forma bastante detalhada as relações entre espaços, mercados e legalidades e, para tanto, o conceito de ilegalismos é mobilizado na compreensão das relações que possibilitam os negócios desses atores. Segundo Rabossi (2015), as diferenças legais fronteiriças não separam ou impedem os circuitos transfronteiriços, são constitutivas das oportunidades que impulsionam os mercados em um espaço de conexões.

Os processos transfronteiriços (ALBUQUERQUE, 2005) são particularmente

claros das limitações das abordagens centradas no direito e no Estado-nação, por se caracterizarem justamente pela intensa mobilidade de pessoas e mercadorias sobre as fronteiras nacionais. Isso não significa ignorar a importância dos limites políticos e administrativos, mas perceber como, longe de impedirem, constroem tais fluxos, regulando suas passagens. A dimensão reguladora processada por entre os flancos dos limites nacionais vem sendo muito explorada por uma literatura sobre fronteiras, sinteticamente abordada abaixo.

Em 2007 Brígida Renoldi defende seu doutoramento, também situado na região da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, descrevendo o controle e julgamento do contrabando e do tráfico de drogas. Desde então vem produzindo uma reflexão sobre a maneira pela qual os ilegalismos são parte constitutiva das práticas dos agentes responsáveis pelo seu controle, em publicações autorais e como organizadora em diversas coletâneas, além de coordenar Grupos de Trabalho nos congressos mais importantes das ciências sociais brasileiras e eventos importantes em nível nacional e internacional (BARBOSA; RENOLDI; VERÍSSIMO, 2013; RENOLDI, 2007, 2012, 2015).

O circuito sacoleiro nessa mesma tríplice fronteira foi explorado por Eric Gustavo Cardin (2010) em sua tese, autor este que mantém vigorosa produção sobre o tema, o mesmo podendo ser dito de Gustavo Villela (2004), em seu trabalho sobre as passagens operacionalizadas na fronteira de Corumbá-MS. Adriana Dorfman (2009) defende sua tese sobre a fronteira entre Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, fazendo uma autora vem trabalhando também na organização de coletâneas sobre essa temática em particular e, de forma mais ampla, o universo das fronteiras (DORFMAN, 2009). Nessa mesma fronteira entre o Brasil e o Uruguai, Leticia Nuñez de Almeida (2015) aborda os ilegalismos presentes em sua tese. Na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia,

José Lindomar Albuquerque, que tem uma longa trajetória de estudos sobre as fronteiras brasileiras, e Luiz Fabio S. Paiva procuraram trabalhar, em artigo de 2015, os múltiplos mecanismos de ilegalismos presentes em uma miríade de práticas nas três cidades que se encontram nessas fronteiras (ALBUQUERQUE; PAIVA, 2015). José Miguel Olivar trabalha, desde sua tese defendida em 2010, as redes de prostituição, e vem produzindo material sobre essa mesma tríplice fronteira e outras cidades (OLIVAR, 2010).

Seguindo outro núcleo temático associado à discussão sobre ilegalismos, Barbosa defende sua tese de doutorado em 2005. O autor analisa o sistema prisional do Rio de Janeiro, espaço a partir do qual um conjunto de questões é trabalhada: os valores e rotinas presentes na prisão, as relações entre o tráfico de droga, a prisão e as facções criminais, a maneira como o mercado de drogas opera como um catalizador dos demais mercados criminais cariocas. Tendo como fundo um diálogo entre Foucault e Deleuze, os ilegalismos aparecem de múltiplas formas, atuando sempre como uma poderosa ferramenta analítica para que se compreendam práticas conexas da administração penitenciária, dos presos e dos mercados da droga.

O conceito de ilegalismos tem uma grande utilização na área de estudos prisionais, sobretudo quando voltado à compreensão das circulações que permitem passagens entre o cárcere e as ruas e bairros (CUNHA, 2002). Essa dinâmica tem sido explorada não apenas no que diz respeito aos mercados que alimentam a população carcerária, mas também ao trânsito das pessoas que é ativado por tais circulações e, por atuarem “torneando a lei” (BARBOSA, 2001), o conceito de ilegalismos tem aqui uma área de grande utilização.

Cabe destacar o trabalho de Rafael Godoi (2010, 2015) que, em sua dissertação e tese, explora os diversos “vasos comunicantes” entre

a prisão e seu exterior, desdobrados como fluxos de pessoas, objetos e processos legais como objeto de investigação posterior. Natália Corazza Padovani (2015) defende sua tese sobre redes afetivas em uma penitenciária feminina, em que a dimensão dos mercados assentados sobre ilegalismos é muito presente. Cabe destacar a extensa produção de Adriana Piscitelli (2013) sobre as redes do mercado do sexo, que de alguma maneira também explora alguns sentidos próximos daqueles aqui destacados, e os trabalhos em conjunto com Laura Lowenkron (PISCITELLI; LOWENKRON, 2015).

Por fim, os ilegalismos presentes nos grandes centros urbanos serão discutidos por Telles e Hirata, inicialmente quando escrevem um artigo em 2006, como primeira síntese de pesquisa desenvolvida em conjunto, que será completado por outro artigo em 2010 (TELLES; HIRATA, 2006, 2010). Neles, os autores abordam a miríade de situações operantes nos limiares da lei em diferentes mercados urbanos, por meio das negociações que permitem a gestão da ordem nas periferias da cidade de São Paulo. O conceito de ilegalismos aparece como um operador analítico dos jogos de força que constroem mercados e práticas de ordenamento locais por atores que transitam nesses limiares, com especial atenção aos jogos de poder entre forças da ordem e o universo criminal.

Os mercados varejistas de drogas serão explorados em maiores detalhes em diferentes trabalhos. A tese de livre docência de Telles, defendida em 2010 e depois transformada em livro, detalha alguns aspectos da constituição dos coletivos criminais em sua relação com o tráfico de drogas, assim como suas relações com a dinâmica urbana paulista. A autora tem uma vasta produção autoral e como organizadora de coletâneas sobre os ilegalismos populares (TELLES; HIRATA, 2010; TELLES; AZAIS; KESSLER, 2012; TELLES; PERALVA, 2015). A tese de doutoramento de Hirata (2010)

apresenta os papéis desempenhados pelos atores de um ponto de venda de drogas, suas relações com o transporte clandestino e uma birosca, e as relações entre a polícia e o PCC. Paulo Malvasi (2012), em sua tese, apresenta relações entre o tráfico de drogas e o sistema socioeducativo, destacando a flexibilidade, o empreendedorismo e a violência como recursos. Marisa Fefferman (1997), ainda que orientada por premissas teóricas diferentes, explora os sentidos do tráfico de drogas como um mercado de trabalho de jovens e adolescentes. Taniele Rui (2012) defende sua tese sobre a corporalidade dos usuários de crack e nela oferece uma importante contribuição sobre a venda e o consumo do crack, apontando especificidades importantes dos pontos de venda dessa droga, assim como de seu uso e relações com o PCC, abrindo finalmente a discussão da questão da extração. Cabe destacar que, em diversos trabalhos posteriores, a autora explora as relações entre as cenas de uso do crack e suas relações com as políticas de cuidado e repressão (RUI, 2012).

No contexto carioca, a tese de Diogo Lyra (2010) trata dos adolescentes em conflito com a lei, na qual faz uma reflexão acerca das distinções entre ladrões e traficantes pensados pelas diferentes formas como a autonomia é sentida pelos adolescentes (LYRA, 2010).

No Rio de Janeiro, é importante destacar os trabalhos de Carolina Grillo (2008, 2013), que defende sua dissertação sobre o tráfico de classe média, e a sua tese, na qual o tráfico de drogas no Rio de Janeiro é descrito por meio das noções de dom e como posse inalienável do dono do morro. Os trabalhos de Grillo também apontam contribuições para o entendimento do mercado de roubos, sua tecnologia própria e regulações pela polícia e as facções (GRILLO, 2008, 2013). Ainda para ressaltar estudos sobre roubos, mais raros que aqueles sobre o tráfico de drogas, Jania P. D. Aquino (2009) defendeu sua tese sobre a

performance e formas de operacionalização de ladrões em assaltos de instituições financeiras. Oliveira (2007) também pesquisou roubos contra bancos, Viodres-Inoue (2008) e Paes-Machado e Viodres-Inoue (2015) analisaram roubos contra ônibus interurbanos.

Essa primeira sessão, que inclui trabalhos de campo em contextos de pesquisa muito diversos, fomentou uma série de avanços no entendimento dos chamados mercados informais, ilegais e ilícitos, como também em áreas de pesquisa correlatas, por onde esses mercados se fazem presentes. A atenção sobre esses mercados, vistos por meio das operações associadas aos ilegalismos, oferece uma perspectiva que desnaturaliza limites, fronteiras, muros e compartimentações analíticas de cunho dualista, tal como o “dentro e o fora”, o “legal e o ilegal”, o “nacional e o internacional” contidos em abordagens Estado-centradas e juridicamente orientadas. Claro está que esses limites não são ignorados, pelo contrário, destacam justamente quais são as diferentes práticas de poder que os constroem, fazendo-os atuar como importantes elementos reguladores das suas passagens. Isso significa uma reflexão sobre como esses limiares e limites positivam passagens e transversalidades. Poderíamos, talvez, dizer que a abordagem contida no debate sobre ilegalismos reativa uma perspectiva que valoriza as mobilidades, os fluxos e conexões que encontramos nos diferentes territórios que compõem o mundo urbano (BIRMAN et al., 2015), as relações entre as prisões e periferias (GODOI, 2017), as transversalidades entre instituições de encarceramento (MALLART; RUI, 2017) e os espaços transnacionais (ALBUQUERQUE, 2010).

Coletivos criminais e dinâmicas de funcionamento

Outro enfoque a partir do qual trabalhos etnográficos contribuíram para entender os

universos do crime concerne à prática coletiva de atividades ilegais. Desde os anos 2000, as ciências sociais brasileiras têm avançado na compreensão de diversos tipos de agrupamentos criminais, desde os que conectam milhares de pessoas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), até coletivos de menores dimensões, tais como quadrilhas de assaltantes e gangues juvenis.

O PCC é o coletivo criminal que mais tem se expandido e ganhado visibilidade no Brasil nas duas últimas décadas. A partir da repercussão midiática de suas rebeliões e ataques armados contra prédios públicos e o transporte coletivo em 2002 e 2006, o PCC, além de ganhar conotação de “inimigo público número um”, emergiu como “ator político” capaz de interferir na elaboração de políticas e ações de segurança pública. Diversas pesquisas qualitativas de grande relevância sobre o PCC têm sido realizadas (BIONDI, 2010, 2014; DIAS, 2011; FELTRAN, 2011; HIRATA, 2010; LESSING, 2017; MARQUES, 2010; WILLIS, 2015). Nesta parte do texto, no entanto, vamos abordar mais detidamente as pesquisas de Karina Biondi, por se tratar de uma pesquisa de longa duração e constituir o primeiro empreendimento etnográfico focalizando o PCC.

Biondi (2010; 2014) em sua dissertação de mestrado, empreendeu observação participante e realizou entrevistas em duas penitenciárias do estado de São Paulo na condição de visita do esposo, que estava preso, durante a produção de sua pesquisa. Assim, a antropóloga teve acesso a situações e narrativas privilegiadas sobre o funcionamento do PCC nas prisões paulistas, a partir de um contato contínuo, informal e simétrico com detentos. Ela aborda esse coletivo criminal descrevendo os modos de operação de sua política, tal como vivenciado por seus membros. Biondi (2009) ressalta que a incorporação do termo igualdade aos ideais do PCC (que se somou

à paz, justiça e liberdade), após a ascensão de Marcos Camacho, culminou em um dinamismo nos focos de poder deste coletivo criminal, envolvendo “construções e dissoluções” de hierarquias com bastante rapidez. A pesquisadora ressalta que nesse período foram acionados diversos mecanismos e estratégias para a construção de um comando entre iguais. De acordo com a autora (Idem), o PCC tem se construído como uma força transcendente, que convive e depende de um PCC imanente, constituído nas ações e reações dos seus integrantes. Para ela, “o PCC transcendência” das narrativas jornalistas, de gestores do sistema penitenciário e da segurança pública, não necessariamente reflete o PCC imanente que vai se construindo nas relações dos seus integrantes, capazes de culminar em processos de desterritorialização, que são recorrentes nessa formação social sem um vínculo territorial estável. Para Biondi (2009), tais dinâmicas do PCC possibilitam sua presença mesmo onde não encontramos seus membros.

Em sua tese de doutorado, Biondi (2014) volta a se debruçar sobre o PCC, não mais no interior das prisões. Ela realiza sua pesquisa em algumas regiões da periferia paulista, chamadas por seus interlocutores de “quebradas”. Em um trabalho em que também fornece uma relevante contribuição epistemológica à antropologia, Biondi (Idem) empreende o que denomina de uma etnografia do movimento e, a partir de variadas categorias nativas que circulam entre integrantes do PCC, analisa noções como “território”, “hierarquia” e “lei” no PCC, declarando que ao invés de uma exposição de formas abstratas, buscou entender o fazer PCC (BIONDI, 2014). Categorias como “ideia”, “conhecimento” e “situação”, cujos significados e contextos de uso a autora nos explica por meio de exemplos e narrativas de situações concretas, dão inteligibilidade às dinâmicas de relações entre os irmãos do Comando e destes com não integrantes do

PCC – e até mesmo com a Polícia –, a recepção dos “salves” em cada “quebrada”, o que faz um “salve” ser levado em consideração na íntegra, ou parcialmente, ou mesmo nem ser levado em consideração, que fatos e argumentos contribuem para bons e maus desempenhos que um irmão pode ter em um debate, o que faz uma ideia vingar e ter seguimento, e o que a faz morrer (Ibid.). Ao invés de uma entidade grupal precisamente hierarquizada e com lideranças definidas, Biondi (2010, 2014) nos apresenta o PCC como um coletivo criminal, cujas lideranças e assimetrias são circunstanciais e situacionalmente delineadas.

Algumas características e contornos do PCC se tornam mais nítidos quando acessamos dados e análises sobre outros coletivos criminais, como o Comando Vermelho, por exemplo, coletivo criminal fortemente atuante no estado do Rio de Janeiro há algumas décadas. Fundado no final dos anos 1970, como resultado do convívio entre os chamados “criminosos comuns” e presos políticos do regime militar, na prisão do Ilha Grande, no litoral do Rio de Janeiro (LIMA, 2001). As dinâmicas e o funcionamento dessa facção têm sido expostos e analisados por Grillo (2013), cuja pesquisa foi desenvolvida em favelas do Rio de Janeiro controladas pelo Comando Vermelho. Com base em mais de dois anos de trabalho de campo etnográfico, realizado em cooperação com moradores e bandidos locais, Grillo (2013) apresenta uma teoria etnográfica sobre o universo do crime carioca, especialmente relacionada a roubos e tráfico de drogas e empreende uma descrição analítica da socialidade criminal em favelas.

De acordo com Grillo, as alianças e rompimentos entre “donos de morro” costumam ser estabelecidas na prisão. Por longos períodos da história do Comando Vermelho, suas principais lideranças estiveram encarceradas como no presente. Mas estar preso não significa isolamento, já que há algumas décadas

os donos de morros têm encontrado meios de comandar o tráfico em suas áreas de domínio do interior dos presídios – desde meados dos anos 1990 a tecnologia dos telefones celulares tem possibilitado maior intensidade e rapidez nessa comunicação. De acordo com Grillo (2017), esse controle de dentro da prisão pelos “donos de morro” só tem sido possível por causa das alianças com outros “donos de morro” – destas alianças nascem, remodelam-se, fundem-se e fragmentam-se comandos. Enquanto estão presos, esses “patrões do tráfico” elegem certos homens de sua confiança, os chamados “responsáveis” ou “frentes de morro”, a quem delegam a função de gerenciar o tráfico em suas áreas. Estes assumem o compromisso de fidelidade irrestrita, costumam prometer que jamais reivindicarão o controle da “firma”. Mas há casos em que promessas são quebradas e os “frentes” rompem com os “donos” e se apropriam dos morros, são os chamados “golpes de Estado”. Ao romper com o dono de morro, o frente deserta de sua facção e, quase sempre, conta com o apoio de outra facção para fazê-lo. Nessas circunstâncias, uma guerra se inicia, o frente em liberdade conta com o apoio de lideranças de facções rivais presas. De acordo com Grillo (2017), os chamados golpes de estado orquestrados pelos frentes de morro não são mais recorrentes, porque os donos de morro presos costumam contar com homens e armas de outros donos de morro, presos e soltos, seus aliados.

No Rio de Janeiro, o tráfico de drogas divide favelas e conjuntos habitacionais por áreas às quais correspondem donos de morro que figuram como patrões a quem os demais envolvidos com o tráfico, em sua área de domínio, estão subordinados. Mas essa hierarquia que se observa nos morros diz respeito apenas à organização das relações locais em cada área, já que nas principais facções atuantes no tráfico de drogas na cidade, tais como Comando Vermelho, Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro, não há

lideranças acima dos donos de morro, de modo que estes se relacionam entre si em condição de igualdade (GRILLO, 2013).

Os donos de morro ou patrões do tráfico no Rio de Janeiro constroem redes horizontais de proteção mútua com outros donos de morro que são importantes quando sofrem ataques e se envolvem em guerras pelo domínio do tráfico no âmbito de “sua favela”. Se em São Paulo o PCC tem uma certa hegemonia na comercialização de drogas, no Rio de Janeiro observa-se uma acirrada concorrência entre grupos de traficantes, resvalando, não raro, nas chamadas “guerras do tráfico” que são recorrentes e costumam envolver os diferentes comandos. Os confrontos armados com a polícia são também mais intensos e recorrentes no Rio de Janeiro que em São Paulo, onde os traficantes costumam recorrer ao suborno de policiais. A geografia montanhosa do Rio de Janeiro encoraja os donos de morro a controlar os territórios em que comandam a venda de drogas (Idem, 2013; 2017).

Essa dinâmica de enfrentamentos entre traficantes de drogas no Rio de Janeiro, segundo Palloma Menezes (2015), tem uma história que deve ser restituída para uma melhor compreensão das “guerras”. Em sua tese de doutorado, a pesquisadora destaca a diferença nos modos de realizar a “contenção” das guerras do tráfico nos morros cariocas pela Polícia, estabelecendo uma diferença entre os regimes de “fogo cruzado” e de “campo minado” (MENEZES, 2015).

Hirata e Grillo (2017) procuram, em artigo recente, comparar o tráfico varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro, por meio de três dimensões: os lugares de venda de droga, os coletivos criminais e as relações com as forças da ordem. A distribuição de drogas é muito distinta em cada uma dessas cidades, porque a circulação de mercadorias ocorre no Rio de Janeiro tendo por base uma extensão organizacional e territorial que multiplica as funções

intermediárias e a fragmenta progressivamente as quantidades de droga, enquanto em São Paulo utilizam-se unidades de venda compactas e com pouca abrangência, que concentram a venda no aumento de sua densidade e volume na circunscrição territorial. Assim, mesmo que os comandos paulistas e cariocas possam ser caracterizados como redes alianças (BARBOSA, 2001; MISSE, 2006), cujo alinhamento com uma ou outra facção determina a adesão de todos os seus subordinados, as diferenças são marcantes. Para os autores, há horizontalidade entre os donos de morro do Rio de Janeiro e os patrões em São Paulo, assim como hierarquia desses com seus subordinados nas “firmas”. Contudo, como a venda de drogas em São Paulo conforma um sistema de alianças formador do comando composto por um número muito maior de patrões que de donos de morro, o PCC emerge como um coletivo mais móvel e translocal, e o CV como mais centralizado e hierárquico. Assim, os conflitos e negociações com as forças da ordem tendem a se caracterizar de forma distinta também – ainda que os arranjos políticos ao redor das mercadorias políticas sejam comuns às duas cidades. Isso é acionado no Rio de Janeiro em contornos intra e interfaccionais mais bélicos que em São Paulo, onde acentuam-se as negociações intramuros seguidas de demonstrações de força em práticas de execuções extralegais, ao passo que no Rio de Janeiro os confrontos por regiões mais lucrativas têm impactos nas prisões. Essas três dimensões ajudam a entender como os conflitos pelos mercados criminais têm maiores consequências desestabilizadoras na dinâmica faccional no Rio de Janeiro que em São Paulo, e como se relacionam de forma distinta com as políticas de segurança em cada cidade. Hirata e Grillo (2017) elucidam, portanto, relevantes diferenças nas dinâmicas criminais em São Paulo e Rio de Janeiro.

Outra modalidade de coletivo criminal recorrente nas cidades brasileiras sobre o qual se

tem realizado importantes trabalhos são as gangues juvenis atuantes em periferias urbanas. Se em cidades como do Rio de Janeiro e São Paulo esses agrupamentos costumam aderir a grupos criminais de grandes proporções, como o PCC e Comando Vermelho, em Belo Horizonte e Fortaleza, até bem recentemente, as gangues não se aglutinavam em facções ou comandos, e a dinâmica da violência nessas duas cidades se mostrava peculiar. Apresentando elevados índices de letalidade, a grande quantidade de mortes de nessas cidades eram resultantes de recorrentes guerras entre gangues rivais (SÁ, 2010; ZILLI, 2011). No caso de Fortaleza, desde 2014 tem havido alterações substanciais nas dinâmicas das gangues atuantes em algumas regiões da periferia da cidade, devido às inserções do PCC e do Comando Vermelho em alguns de seus bairros e favelas. Esses “comandos”, que já forneciam drogas para vários traficantes atuantes em diferentes bairros e favelas da cidade, desde 2014, passaram a interferir diretamente no tráfico local, impedindo certos traficantes e autorizando outros a comercializarem drogas, mediante adesão à facção e participação em suas guerras. Um processo semelhante foi analisado por Fraga e Nascimento (2017) na dinâmica do tráfico de drogas no Vale do São Francisco.

Dados e reflexões relevantes sobre gangues atuantes na periferia de Fortaleza constam nas pesquisas de Leonardo Sá (2010, 2011). O pesquisador aborda práticas culturais de jovens moradores do Serviluz, favela localizada na orla marítima de Fortaleza, estigmatizada e considerada “perigosa” pelas classes média e alta da cidade, devido ao do tráfico de drogas e às “guerras” entre gangues juvenis que costumam ganhar destaque nos noticiários locais. Sá (2010) empreendeu observação participante durante dois anos no Serviluz, entre os quais residiu em uma das comunidades do bairro por seis meses. Ele se propõe a analisar as relações sociais nessa “favela à beira-mar” que apresenta

altos índices de homicídios e é ocupada pela Polícia Militar de modo permanente.

Sá (Ibid.) chama a atenção para as “condições de miséria, subalternidade social e intensa vulnerabilidade civil e socioeconômica” (Ibid., p. 5) em que crescem e vivem crianças e adolescente no Serviluz, cuja população é predominantemente afro-ameríndia e mestiça e, em sua maior parte, incorre nas ocupações de pescadores, estivadores, surfistas, biscateiros, operários sem qualificação, pequenos comerciantes, não sendo raro a prostituição entre as mulheres. Entre os homens também observam-se os ofícios ilegais de assaltantes, sequestradores, pistoleiros e traficantes de drogas e de armas, que, de acordo com Sá (Ibid.) “formam uma minoria entre a massa de trabalhadores da favela, mas que são igualmente pobres, com baixíssima escolaridade e qualificação profissional incipiente e precária”.

As abordagens policiais à população costumam ser hostis e violentas no bairro, não sendo raras as ameaças, torturas e espancamentos de moradores. Nesse contexto de privações materiais, subalternidade social, precariedades dos serviços públicos e vulnerabilidade civil, o mar e o crime exercem fascínio nas crianças, adolescentes e jovens, que costumam dominar técnicas da pesca artesanal e também de *surf*. No Serviluz, nasceram vários surfistas que se tornaram profissionais, dentre eles pelo menos dois campeões nacionais. Além do surf, o crime também é percebido na comunidade como propulsor de recompensa material, reconhecimento social e relevância na construção da pessoa e da masculinidade (SÁ, 2010). Jovens que se destacam por práticas criminais como assaltos à mão armada e participação no tráfico de drogas, bem como nas recorrentes guerras entre gangues no bairro, tornam-se temidos e socialmente reconhecidos. Alguns deles passam a ser referidos como “bichão”. Para ser considerado como tal, um jovem praticante de crime não apenas deve portar armas ou

demonstrar habilidades no seu manuseio, mas é preciso que outros “jovens maquiados” e a comunidade percebam seu destemor e crueldade diante de oponentes e vítimas. Apesar do reconhecimento e poder que conquistam, a duração da condição de “bichão”, segundo Sá (2010, 2011), não costuma ser longa. No processo de se tornar reconhecido e temido, um “bichão” acumula inimizades com outros jovens armados, torna-se “visado” pela Polícia e alvo de fofoca na comunidade, assim, não demora a ser assassinado. Sá (2010, 2011) desenvolve a categoria analítica “socialidade armada” para designar as relações sociais entre jovens praticantes de crimes no Serviluz, permeadas por “tretas” e disputas, confrontos e guerras entre gangues, em que mostra ostensiva a circulação de armas de fogo nessa favela à beira-mar, sendo de fácil acesso a adolescentes e jovens. Situações e eventos agonísticos como juras de morte, assassinatos e até invasões de velório, de acordo com Sá (2010, 2011) são característicos dessa socialidade.

O trabalho de Zilli (2011), por sua vez, aborda gangues atuantes na região metropolitana de Belo Horizonte, utilizando dados qualitativos e quantitativos. Ao mesmo tempo que recorre a séries estatísticas e macroanálises em seus argumentos, ela realiza um cuidadoso trabalho de campo, envolvendo entrevistas em profundidade com integrantes de gangues. Ademais, o pesquisador dialoga com etnografias sobre variadas modalidades de coletivos criminais, atuantes em diversas regiões do país, nas Américas Latina e do Norte, empreendendo uma valiosa análise do fenômeno.

Zilli (Ibid.) salienta que as altas taxas de homicídios entre adolescentes e jovens nas últimas décadas apresentam um nítido “padrão socioespacial” no Brasil, e que a maioria das vítimas “são jovens entre 15 e 24 anos, do sexo masculino, não brancos (pretos ou pardos), moradores de vilas, favelas e bairros pobres de periferia, com baixo status educacional e

socioeconômico” (Ibid., p. 8). O pesquisador ressalta o uso de armas de fogo na maioria desses homicídios, que tem lugar em vias públicas próximas das residências das vítimas, sendo semelhantes os perfis dos matadores e mortos. De acordo com Zilli (2011) matérias jornalísticas e trabalhos na área de ciências sociais no Brasil têm associado a violência juvenil e os homicídios no país à consolidação do tráfico de drogas. Ele discorda dessa explicação e argumenta que tais fenômenos estão mais relacionados à participação de jovens em gangues do que ao tráfico de drogas. Assim, Zilli (2015) aborda gangues juvenis atuantes na região metropolitana de Belo Horizonte, onde são atuantes dezenas de pequenos grupos que se confrontam com recorrência. O pesquisador discute dimensões simbólicas das violências, crimes e conflitos territorializados, envolvendo esses coletivos de jovens.

Zilli (2011) assinala que a maioria das guerras entre gangues rivais na grande Belo Horizonte, ao invés de motivações vinculadas ao desenvolvimento de atividades criminais – como as disputas por pontos de venda de drogas, que resvalam em sangrentas guerras entre facções no Rio de Janeiro, por exemplo – são desencadeadas, de acordo com declarações de seus entrevistados, por disputas pessoais, familiares, comunitárias e grupais. Para o autor (Ibid.), as gangues engendram estruturas normativas próprias, evidenciadas por designações como “lei da favela” e “mundo do crime”, capazes de orientar e justificar violências individuais e coletivas. Ele chama atenção para processos de socialização no interior desses grupos, em que violências simbólicas e instrumentais não só pautam a construção de identidades individuais e coletivas, mas também ordenam relações entre seus integrantes, e destes com o ambiente externo. Tal “sociabilidade violenta”, de acordo com Zilli (2011), explica o caráter “tradicionalista” dos conflitos entre gangues nas favelas

da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que, em alguns casos, buscas por afirmação de masculinidades de suas lideranças levam a disputas pelo domínio de certos territórios a assumirem lugar central.

Ao apresentar conclusões de sua pesquisa sobre gangues juvenis na região da Grande Belo Horizonte, Zilli (2011) chama atenção para pontos em comum entre esses grupos e outras modalidades de coletivos criminais. Para ele, algumas características de gangues, referentes a sua formação e funcionamento também se verificam em coletivos criminais como as *prison gangs* dos EUA, as *maras* da América Central, as facções de traficantes no Rio de Janeiro e o PCC em São Paulo. Embora costumem ser vistas como organizações criminosas, esses coletivos constituiriam “associações que agregam, sob uma mesma bandeira, um sem número de gangues, cuja rotina, na verdade, é estritamente territorializada e localizada” (Ibid., p. 187). O autor ainda ressalta que tais organizações se formaram nas penitenciárias de seus respectivos países, justamente quando membros de diferentes grupos de rua estiveram juntos e submetidos a um oponente mais poderoso: o Estado. No ambiente das prisões, as alianças entre grupos e a formação de organizações intramuros teriam normatizado a convivência entre presos e os fortalecido ante as arbitrariedades do sistema prisional. Assim como já ocorria nas favelas e bairros de periferia, de acordo com Zilli (2011), ao emergirem nas prisões, estas organizações também mobilizaram “a lógica da resposta associativa e adaptativa diferencial” que certos agentes elaboram em contextos ou ambientes hostis. As diferenças nas formas de manifestação e níveis de elaboração criminal entre os coletivos mencionados, para o autor, decorrem da diversidade dos contextos históricos, comunitários, culturais, urbanísticos e criminais em que surgiram e operam (Ibid.).

Contribuições analíticas sobre coletivos criminais também foram dadas por Aquino (2004, 2009, 2010a, 2010b), em suas pesquisas sobre assaltos contra instituições financeiras, realizadas entre 2000 e 2009, utilizando entrevistas em profundidade com assaltantes e inserções etnográficas no cotidiano de alguns destes. Assaltos contra agências bancárias, carros-fortes e empresas de guarda-valores são apresentados pela pesquisadora como “operações” que envolvem planejamento e divisão de tarefas entre seus participantes. Demandando investimentos em logística, essa atividade criminal costuma resultar em altas quantias. Os coletivos que planejam e executam esses assaltos são denominados de “quadrilhas interestaduais” por delegados de polícia, por aglutinarem pessoas naturais e residentes em diferentes regiões do país. De acordo com Aquino (2009, 2010a, 2010b) tais quadrilhas são temporárias e costumam se desfazer depois que um assalto é realizado e seus ganhos divididos. Ao invés de grupos permanentes, coesos, propulsores de sentimento de pertença ou identidade coletiva, como as gangues analisadas por Zilli (2011), constituiriam agrupamentos temporários. Em vez de pré-formadas, teriam suas composições definidas nas etapas de elaboração do plano e viabilização da infraestrutura de cada ação criminal. Para a pesquisadora, essas quadrilhas não costumam sedimentar lideranças ou hierarquias. A organização de um assalto seria percebida por seus protagonistas como um tipo de trabalho em equipe. Laços de amizade nesses agrupamentos, quando ocorrem, tenderiam a envolver pessoas específicas, não se estendendo a todos os integrantes (Aquino, 2009, 2010a, 2010b)

Segundo Aquino (2009, 2010a, 2010b) é recorrente assaltantes negociarem com praticantes de outros ilegalismos que dão suporte a assaltos contra instituições financeiras, tais como roubos de veículos e adulteração de suas

placas, tráfico inter-regional e internacional de armas, confecção e venda de documentos falsificados, entre outros. De acordo com a pesquisadora, também é usual que estes agentes recorram a pessoas não envolvidas, regular ou diretamente, com atividades criminais, inclusive agentes do Estado. Não seriam raros os subornos de funcionários de instituições financeiras, policiais e delegados de polícia. Tais negociações ilícitas, também seriam estabelecidas com advogados e juizes, que receberiam quantias elevadas para viabilizar a soltura de assaltantes presos. Para Aquino (2010b), trocas e negociações rotineiras de assaltantes com pessoas que desenvolvem atividades legais e com agentes do Estado, expõe a fragilidade de certas divisões conceituais, como as que supõem as categorias “mundo do crime” e “submundo”, que indicariam a separação entre um idealizado reino de práticas legais e outro, das ilegalidades, tido como “subterrâneo” ou “marginal”. Segundo a pesquisadora, as vastas redes de relações e reciprocidades em que se movem praticantes de grandes roubos evidenciam que, no cotidiano desses agentes, as fronteiras entre legal e ilegal se mostram porosas ou borradas.

Nessa segunda sessão, encontramos novos aportes para a compressão dos coletivos criminais. Como pode ser percebido, não apenas os coletivos presentes nos vários estados do Brasil são muito diferentes entre si – o que não impede que sejam identificadas características comuns entre alguns deles –, como também, por vezes, o contraste de abordagens aponta para descrições bastante distintas. Essas distinções chamam atenção para como o olhar etnográfico contrasta com outras abordagens que, via de regra, inserem essas variações sobre o mesmo rótulo de “crime organizado”, sem atentarem para as categorias que são mobilizadas pelos agentes na conformação dos seus coletivos. No momento atual, quando de forma mais explícita certas modalidades de

coletivos criminais ganham intensa visibilidade pública pelas diversas ocorrências que protagonizam, envolvendo conflito social e violência, abordagens que privilegiam as perspectivas dos sujeitos das pesquisas se fazem indispensáveis, para que possamos entender de forma qualificada os sentidos atribuídos a ações, situações e relações por esses agentes.

Ética, moral e “política do crime”

Outra frente de trabalho com contribuições importantes para uma compreensão mais ampla de práticas criminais e seus agentes aborda os processos de construção ética, moral e política que nele têm lugar. Em pesquisas realizadas no estado de São Paulo, a noção de “proceder” tem sido detectada por diversos pesquisadores. Acionado como uma espécie de dispositivo moral na relação entre praticantes de ilegalismos dentro e fora da prisão, o proceder aparece nos trabalhos de Pereira (2005), sobre a pichação, de Hirata (2005), sobre o futebol de várzea, e foi amplamente trabalhado por Marques (2009, 2014), em sua dissertação de mestrado e em alguns artigos. A discussão sobre proceder tem sido desenvolvida também por Feltran (2010, 2012) em sua análise dos debates, que funcionam como um tipo de “julgamento”, promovidos por agentes do crime nas periferias de São Paulo.

Em sua pesquisa realizada entre presos e ex-presos em penitenciárias do estado de São Paulo, Marques (2009, 2014) explora os significados das noções de proceder e de crime entre seus interlocutores. O pesquisador aborda negociações e normas que permeiam o convívio entre detentos, bem como moralidades que atravessam os que são “do crime”, abrangendo relações que se desenvolvem fora das prisões. Exatamente por elucidar reciprocidades que operam entre praticante de atividades ilegais, e por apresentar o crime como um universo social, o trabalho de Marques nos

oferece elementos para compreender valores e normas que orientam decisões e expectativas entre integrantes de coletivos criminais.

Tal como etnografada por Marques (2009), a noção de proceder envolve um conjunto de regras que ordenam interações cotidianas entre a população carcerária, delineando comportamentos, definindo situações e posições entre presos, que costumam se referir ao proceder como um atributo de outros praticantes de crimes e detentos com quem convivem, deste modo, os “que têm proceder” e agem “pelo certo”, estes podem ser reconhecidos por qualidades como humildade, lealdade, pela preocupação em cumprir com a palavra e o respeito dispensado às mulheres de outros ladrões. Já os que “não têm proceder” são considerados não confiáveis, “cabulosos” e “safados”. As regras que envolvem o proceder, segundo Marques (Ibid., p. 209), variam historicamente e engendram diferentes versões sobre o “proceder verdadeiro” ou “proceder pelo certo”, que figuraria como um tipo de imperativo moral nas prisões, interferindo fortemente na divisão espacial entre os detentos, sobre quem merece estar no “convívio” com outros presos e quem deve estar “no seguro”. Marques (2009, 2014) ressalta que a ideia de proceder não pode ser confundida com um código de comportamento de um dado comando ou facção criminal, pois é anterior à constituição dos comandos e, no período de desenvolvimento de sua pesquisa, era operante em todos esses coletivos, sendo raras as situações em que considerar se um praticante de atividade criminal tem ou não proceder não fosse decisivo para sua caminhada no crime dentro e fora da prisão.

Entre os interlocutores de Marques (2009, 2014), as menções ao crime não se referem a definições jurídicas, mas a um universo social atravessado por fluxos e delineado nas movimentações dos ladrões, denominação genérica a partir da qual praticantes de crimes costumam se referir uns aos outros. Realizando-se

como “um corrimento de relações sociais” (Marques, 2014, p. 146), o crime envolveria dinâmicas operacionais e uma regulação moral produtora de aliados e inimigos, cuja efetividade e rigor se expressam nas seguintes afirmações: “no crime não se pode errar”, “no crime não dá para esconder patifaria”, “no crime só prevalecem os ladrões de verdade” (MARQUES, 2014, p. 158). De acordo com Marques (Ibid.), nem todos que infringem o Código Penal são considerados agentes nesse universo social, ser do crime ou ladrão envolve antes o reconhecimento entre pares – um estuador, por exemplo, jamais seria aceito, tampouco um policial flagrado cometendo delito. Por outro lado, alguém que nunca participou de atividade ilegal pode ser considerado “um cara que corre com o crime”, classificação que expressa identificação e confiança, e pode ser atribuída aos que não caguetam, afrontam ou menosprezam “os ladrões de sua quebrada”, que não se negam a interagir com eles em eventos ou situações festivas, que ajudam seus familiares quanto estão presos (Ibid., p. 174). As atitudes e posturas atribuídas ao cara que corre com o crime são, portanto, análogas às que definem o “ter proceder” ou “proceder pelo certo”, evidenciando que as avaliações sobre os que são do crime não destoam das expectativas e juízos sobre os que não participam dos movimentos e fluxos que demarcam esse universo social. Mesmo sem infringir o Código Penal, uma pessoa com proceder pode ser reconhecida, aceita e ter a confiança de ladrões.

Conforme expõe o trabalho de Marques (2009) e uma série de outras pesquisas, não se verifica ausência ou irrelevância de moralidades entre os que são do crime. Observamos que nesse universo a socialidade é fortemente mediada por expectativas, julgamentos e avaliações de natureza moral e ética. Em uma perspectiva próxima à de Marques, encontramos nos trabalhos de Biondi (2010, 2014) menções a uma ética, quando ela descreve os

modos como seus interlocutores se referem ao crime e às mudanças nos princípios do PCC. Inspirado no livro do ex-detento Willian da Silva, Hirata (2010) descreve condutas relacionadas às práticas criminais de seus interlocutores habitantes da periferia paulistana que nomeia de “sobreviver na adversidade”, ressaltando que estas vidas são permeadas por incertezas e precariedades das formas de vida associadas à “guerra” e aos “guerreiros” em uma situação de guerra. Gabriel Feltran (2008), em referência a discussões e categorias analíticas desenvolvidas por Machado da Silva (1999, 2008) – quem, por sua vez, elabora o conceito de “sociabilidades violentas” para se referir ao universo do crime –, assim aponta a coexistência das variadas normatividades operantes no mundo social das periferias. Também em diálogo com Machado da Silva (1999; 2008) e Sá (2010), Carolina Grillo (2013) elabora a categoria “socialidade criminal” quando se refere às práticas e relações concernentes ao cotidianos dos que circulam pelo universo do crime.

O interesse pelos aspectos éticos, morais ou das condutas entre praticantes de atividades criminais levou a discussões sobre instâncias de regulação social e resolução de conflito, conduzidas pelos próprios atores criminais. Alguns trabalhos abordam os chamados debates, uma espécie de “juízo” conduzido por praticantes de crimes, envolvendo ladrões e, por vezes, moradores de periferia que não estão envolvidos em atividades criminais. Feltran (2012), Malvasi (2012), Marques (2007b), Biondi (2010) e Telles e Hirata (2010) compartilham da interpretação segundo a qual, durante os anos 2000, a política reguladora do PCC, em voga nas prisões desde o decênio anterior, teria se expandido para a periferia de São Paulo.

Partindo de uma etnografia realizada entre 2005 e 2009, em Sapopemba, Feltran (2006, 2010) assinala que nos anos 1990, o crime já interferia no cotidiano dos moradores da periferia e traficantes exerciam regulação

de conflitos locais. No intuito de preservar a rotina de funcionamento da venda ilegal de drogas, eles proibiam a população de chamar a polícia nas ocasiões de conflitos. Não raro as famílias responsáveis pela presença de policiais nas “quebradas” eram ameaçadas de expulsão das localidades. Nos casos de desentendimentos e embates entre moradores, os próprios traficantes, geralmente os mais poderosos, exerciam a mediação informalmente, sem estar baseados em normas difundidas entre praticantes de crimes.

Segundo Feltran (2010), durante os anos 1990, guerras entre traficantes eram rotineiras nas periferias, sendo também frequentes assassinatos resultantes de conflitos interpessoais, que resvalavam em novas mortes por vingança, de modo a se observar sucessões numerosas de homicídios. Nos anos 2000, no entanto, em diversas regiões da periferia de São Paulo, membros do PCC teriam assumido a tarefa, antes exercida pelo principal traficante local, de regular as relações, impedindo que conflitos viessem a comprometer o funcionamento das atividades ilegais. Desse modo, em um curto intervalo de tempo, diversos pontos de venda de drogas passaram a seguir “uma mesma lei”, ou seja, os códigos de conduta e ética estabelecidos pelo PCC. Posteriormente, essa “lei” reguladora do funcionamento do tráfico e das relações entre seus integrantes teria se estendido aos moradores da periferia não engajados em atividades criminais. Dinâmicas restritas àqueles tidos como bandidos e distantes das rotinas de famílias e dos trabalhadores, teriam passado a regular o cotidiano de todos os moradores da periferia. Assim, o pesquisador analisa os debates instaurados no cotidiano das periferias de São Paulo como dispositivos da “justiça do crime” (FELTRAN, 2010).

Para Feltran (Ibid.), embora haja violência, o uso de armas constitui a fonte última da legitimidade e autoridade de praticantes de crimes e membros do PCC – esses agentes também

utilizam mecanismos mais sutis de disputa pelas normas de convivência, costumam reivindicar a justeza dos comportamentos, amparados na atitude, disposição e proceder, dispondo-se, inclusive, a promover “justiça”, por meio dos debates, aos que lhes vêm reivindicar. Toda regulação de conflitos operada por membros do PCC em São Paulo por meio dos debates, a partir dos anos 2000, avaliaria as aproximações e distanciamentos entre as condutas dos acusados e uma propalada “ética” ou “lei do crime”. Segundo Feltran (Ibid.), assim como em Hirata (2010), o vasto repertório de casos que tramitam na chamada “justiça do crime” podem ser diferenciados em três níveis de gravidade: o primeiro deles envolveria aqueles nomeados pelo pesquisador de “pequenas causas”, ou “desvios de pouca gravidade”, que podem ser resolvidos por uma troca de ideia entre os envolvidos e agentes do crime, atuantes na comunidade em que o desvio ocorreu, resultando apenas em advertências e repreensões. Outra modalidade de conflitos corresponderia a casos de “gravidade moderada”, cuja arbitragem envolveria consultas por meio de telefones celulares a criminosos de outras localidades, mais “considerados no crime”. Nesses casos as penas seriam variadas, quando se trata de furtos, roubos ou insubordinação a princípios do crime, sobretudo se o acusado for reincidente no ato, as sanções costumam envolver espancamentos. Se o “réu” no debate participar do tráfico local, a punição também ocasionará sua demissão, fazendo-o se sentir excluído e desmoralizado em sua quebrada. E, por fim, haveria os “casos de vida ou morte”, que suscitam debates mais complexos, mobilizando diversos membros do PCC, tidos como experientes e bem posicionados que, depois de ouvirem argumentos de acusação e defesa, produziram sentenças.

Segundo Feltran (2010), as punições que envolvem mortes dos acusados, embora previstas, seriam altamente reguladas pelo PCC, nestes casos as sentenças costumariam

ser anunciadas somente depois de obtido o aval da cúpula da facção. Para o pesquisador, a cautela em relação ao homicídio como pena se explicaria por uma norma de conduta, tida como relevante no PCC, segundo a qual se deve evitar que “pobre mate pobre”. Por outro lado, casos de estupro comprovado, pedofilia, traição aos princípios da facção e delação de comparsas desencadeariam julgamentos rigorosos e sumários. A efetividade das sentenças seria também assegurada pela ameaça de retaliação, em caso de respeito às deliberações dos debates. Para Feltran (2010), a instauração da “justiça do crime” nas periferias de São Paulo teria interrompido sucessões de mortes por conflitos e vinganças privadas, bloqueando uma “espiral de letalidade” nas regiões pobres da cidade, interferindo assim de modo relevante na redução das estatísticas de homicídios no estado nos anos 2000. Esse argumento é compartilhado por Malvasi (2012), Marques (2007b), Biondi (2010), Telles e Hirata (2010), e Hirata (2010)

Valores morais éticos que orientam ações e julgamentos no universo do crime, expostos na noção de proceder, analisada por Marques (2010), com o fortalecimento das facções criminais paulistas, sobretudo o PCC, teriam se convertido em dispositivos de Justiça, objetivados nos “debates” realizados nas periferias de São Paulo. Nesse contexto, coletivos e agentes do crime emergem como idealizadores de instâncias de regulação do conflito e “zeladores da lei” do crime, podendo também ser pensados como gestores de uma política de contenção de assassinatos e preservação da vida, o que os teria levado a firmarem-se como autoridade jurídica e moral. Feltran (2010) enfatiza que não seria razoável aderir à lógica que produz a eficiência dos debates, por se tratar da instituição da exceção, regida por atores não reconhecidos publicamente na função do arbítrio de vida e morte, mesmo assim ele afirma que quando contrastada com

a “lei oficial”, verifica-se a disputa de legitimidade entre ambas. Se a “justiça do crime” se torna reconhecida por moradores da periferia de São Paulo como válida “para todos” e os procedimentos de regulação do PCC passam a ser vistos como “democráticos”, a justiça estatal, embora baseada em ideais universalistas, é percebida por estes sujeitos como ineficiente, desigual, de difícil acesso e lenta. Os conteúdos democráticos da “lei oficial” serviriam para legitimá-la, segundo Feltran (2006, 2010) apenas entre as classes médias e altas da cidade, para quem parece importante a crença de vivermos numa “democracia consolidada”. Para o pesquisador, a chamada “lei do crime” expande sua legitimação nas periferias, na medida em que a “justiça oficial” é percebida como voltada para encarcerar seus habitantes. Os dados etnográficos e a análise desenvolvida por Feltran (2010) demonstram, portanto, que os “debates” operados por agentes do crime nas periferias paulistas tornam-se mais e mais percebidos como dispositivo de justiça eficaz, democrático e acessível aos pobres.

Em uma linha de argumentação próxima à de Feltran (Idem), que ressalta atividade de regulação social e imposição de códigos de conduta por agentes do crime na periferia de São Paulo, alguns trabalhos se debruçam sobre pontos de contato entre o universo do crime e doutrinas religiosas pentecostais em favelas do Rio de Janeiro, entre esses destacamos as pesquisas de César Teixeira (2009, 2013), Carly Machado (2014) e Cristina Vital Cunha (2014).

Teixeira (2009) analisa a conversão de “ex-bandidos” a doutrinas evangélicas. Ele fez observação participante em igrejas pentecostais e entrevistas em profundidade com homens que exerceram atividades criminais, sobretudo no tráfico de drogas, e posteriormente se converteram ao pentecostalismo. O pesquisador afirma que no processo de conversão religiosa, o “bandido” busca transformar sua “natureza”,

“personalidade” e “individualidade”, enfatizando que não se trata apenas do abandono de práticas criminais e adoção de um “trabalho honesto”, mas da “transformação do sujeito”. Ao se tornarem “crentes”, estes personagens renunciariam a uma “natureza” identificada com o mal, tornando-se membros do exército de Jesus. Para o autor (Ibid.), nesse processo de transformação de criminosos em crentes, a ideia de sujeição criminal elaborada por Michel Misse (1999), que se refere à construção social do “bandido” como portador de uma “natureza criminosa”, é fortemente posta em evidência.

De acordo com Teixeira (2009, 2013), a partir dos anos 1980, com consolidação e expansão do tráfico de drogas, o “bandido” teria se fixado como um personagem da periferia do Rio de Janeiro. Naquele decênio teria se estruturado uma organização social da favela em que o tráfico de drogas, articulado com a violência armada, teria se incrustado no cotidiano dessas localidades. Para o pesquisador no sistema de funcionamento e divisão de tarefas do tráfico, a sujeição criminal do “bandido” iria se constituindo a partir de sua rotina de atuação criminal, marcada por um conjunto de violências, que, paulatinamente, seriam internalizadas, levando-os a se verem como naturalmente violentos (Teixeira, 2009).

Já adotando o ponto de vista evangélico, os interlocutores de Teixeira (Idem) interpretam a condição de “ex-bandido” como diferente de “ex-detento”, já que este é percebido como alguém propenso a dar continuidade a sua trajetória no crime. Já o “ex-bandido” teria operado uma mudança de vida e superado a condição de criminoso. É que o simples abandono das práticas criminais, mesmo considerado importante pelos pentecostais, não asseguraria a condição de “ex-bandido”. Não bastaria o indivíduo sair do crime, seria preciso “o crime” também sair dele através da conversão religiosa, apresentada como caminho alternativo ou o único mecanismo eficaz para

o abandono do crime. Na perspectiva pentecostal, a vida em geral seria pensada como uma “batalha espiritual” do mal contra o bem, em que “os crentes” atuariam como “exército” de Deus e os “bandidos” estariam sob o controle do Diabo (TEIXEIRA, 2009, 2013).

O trabalho de Teixeira (2013) elucida não só a construção da identidade de “bandido”, mas também a de “crente”. No contexto da periferia carioca, segundo ele, se antes eram contrastivas as imagens de bandido e trabalhador, no período de realização de sua pesquisa mostrava-se emblemática a oposição entre “bandido” e “crente”, de modo que a Bíblia, costumava ser exibida como certificado de lisura e boa índole de seu portador, sobretudo em situações de abordagens policiais.

Assim como Teixeira (2009), Machado (2014) também aborda a relação entre pentecostalismo e crime. A pesquisadora analisa a atuação da Assembleia de Deus dos Últimos Dias (Adud), sediada em São João de Meriti, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, cuja ação evangelizadora focaliza principalmente “ex-bandidos” e “ex-presidiários”, chamados de “resgatados da morte” por pastores e adeptos desta igreja. As atividades da Adud, segundo Machado (Idem), diferenciam-se de outras igrejas pentecostais do Rio de Janeiro pela intensa produção audiovisual, cuja evangelização é apresentada como ações de “resgate” e “libertação da morte”, em referência às conversões de pessoas envolvidas em atividades criminais, que vivenciavam riscos e violências em suas rotinas, marcadas por confrontos armados com outros criminosos e a polícia. De acordo com a autora (Ibid.) os testemunhos de convertidos ganham destaque nos cultos. Sem questionar suas atuações passadas ou atos de crueldade cometidos, a igreja exerce a escuta de suas narrativas, seja de torturas e violências físicas exercidas por policiais e outros “bandidos”, seja de sofrimentos experimentados no cotidiano da prisão. Relatos de atos violentos cometidos

por esses homens, quando apresentados como testemunho, segundo a pesquisadora, tornam-se fala redentora e assumem retóricas entusiastas, como se a emoção e a “adrenalina” de cometer crimes fossem revividas. Descrito ou narrado em rituais na Adud, tais atos perdem a carga da culpa, no enredo dos depoentes, “o prazer do crime” é apresentado como ilusão, fantasia e enganação demoníaca. Conforme expõe Machado (Idem), quanto mais graves os crimes ou maior a fama alcançada por um “bandido”, maior relevância é dada a sua conversão. Assim, pequenos atos criminais ganham aura de grande delito e, de acordo com a pesquisadora, “quase bandidos” buscam se passar por “importantes ex-bandidos”. Ela ressalta que os “resgatados” não ganham destaque apenas nos cultos da igreja, mas costumam se tornar também membros de bandas gospel, protagonistas de DVD e missionários nas favelas onde efetuam novos resgates de almas. Assim, voltariam a vivenciar a fama e o poder, agora legítimos, já que após a conversão, essas pessoas passariam a agir para a “glória de Deus”.

De acordo com Machado (2014), em duas décadas de existência, a Adud construiu uma imagem controversa no Rio de Janeiro: além de ex-presos e ex-bandidos, figuras públicas como deputados federais, senadores, artistas e policiais frequentam seus cultos. Alguns de seus líderes têm sido candidatos a cargos legislativos e a Igreja se aproximou de diversas instituições do Estado, tendo colaborado diretamente com a implantação das UPP. Por outro lado, essa denominação pentecostal vem sendo questionada por sua proximidade com facções criminosas, especialmente o Comando Vermelho. A circulação de “bandidos” pelos espaços da Adud tem sido denunciada frequentemente. A Igreja é suspeita de acolhê-los para protegê-los da polícia, evidenciando uma ambiguidade na sua relação com o crime, que oscila entre o combate e a proximidade. Para a pesquisadora, a proximidade da igreja com o crime, que é

indispensável para a conversão de “bandidos” ao pentecostalismo, também pode fomentar uma perigosa aliança, com poder para ocultar ilegalismos e produzir impunidade. Em meio a diversas polêmicas, amplamente repercutidas por veículos de mídia, em que a exaltação ao trabalho missionário da Adud se alterna com denúncias de seu envolvimento com criminosos, fica evidente, segundo Machado (Idem), o protagonismo alcançado por essa denominação pentecostal na cena pública carioca.

Se os trabalhos de Teixeira (2009) e Machado (Idem) focalizam, sobretudo, pessoas que vivenciaram o crime no passado, mas o abandonaram, ressignificando esta experiência por lentes pentecostais, a pesquisa de Cunha (2014, 2015) analisa a conversão de agentes criminais em pleno desenvolvimento de atividades ilegais. A autora (Ibid.) pesquisou por treze anos a favela de Acari, no Rio de Janeiro. Além de temas como política e religião, ela aborda convergências e continuidades entre a “vida na igreja” e a “vida no crime”, discutindo os efeitos da “conversão” pentecostal de traficantes de Acari, durante os anos 2000, sobre as dinâmicas criminais locais.

De acordo com Cunha (Idem), durante os anos 1980, observa-se vasta adesão de traficantes do Rio de Janeiro às religiões afro-brasileiras, sendo recorrente a identificação com seus símbolos sagrados e divindades. São Jorge, que na interpretação sincrética corresponde a Ogum, considerado um valente guerreiro, teria sido popular entre personagens do crime. Segundo Vital, até o início da década de 1990, rituais e lugares sagrados de umbanda e candomblé eram abundantes em Acari e outras favelas cariocas, cuja aceitação não era restrita a praticantes de crimes, mas abrangiam amplos segmentos de moradores. Durante os anos 1990 teriam se tornado usuais as ocupações policiais nas periferias da cidade. Em Acari, uma das maneiras pelas quais essas ações buscaram demarcar o triunfo da polícia e do Estado sobre os “bandidos”

locais foi a destruição de símbolos de religiões afro-brasileiras e do catolicismo popular. Ao associarem as religiões de matriz africana a atividades criminais, os policiais teriam criado condições para a expansão do pentecostalismo que, segundo Cunha (2014), experimentou um notável crescimento, na favela durante os anos 1990.

Cunha (Idem) assinala que o início dos anos 2000 marcou Acari pelas guerras do tráfico. Conflitos internos ao Terceiro Comando e a formação do ADA teriam ocasionado sangrentas disputas que geraram dezenas de mortes e prisões, disseminando medo e anseio por segurança na população. Impactadas pelas violências dos combates com outros traficantes, lideranças do tráfico de Acari converteram-se ao neopentecostalismo, suscitando a adesão de diversos outros agentes do crime e de moradores da favela não envolvidos com atividades ilegais. De acordo com a autora (Ibid.), essas conversões fortaleceram pentecostalismo, que já estava em expansão na comunidade. Salmos, passagens bíblicas e símbolos sagrados do evangelismo passaram a substituir imagens de santos católicos, entidades do *candomblé* e referências a drogas em muros e *outdoors* na favela. Cultos pentecostais e *shows gospel* foram celebrados ao ar livre, orações proferidas pelos próprios traficantes propagaram-se no sistema de rádio do tráfico. Realizaram-se celebrações religiosas em igrejas locais em ocasiões de aniversários, pagamentos de dízimos ou outras contribuições ofertadas por traficantes e seus familiares (Ibid.).

Com base em narrativas e declarações de moradores e traficantes de Acari, Cunha (Idem) ressalta os efeitos da aproximação entre agentes criminais e doutrinas evangélicas. A participação nos cultos, campanhas e na rotina da igreja teria interferido nas ações e escolhas de traficantes locais, sobretudo no controle de impulsos violentos e na programação financeira. Alguns interlocutores da autora (Ibid.) assinalaram que o impulso para brigas teria se

arrefecido com a adesão ao pentecostalismo e aumentado a disposição para pedir desculpas e estabelecer diálogo. Sobre a gestão das quantias obtidas pela participação no tráfico, ela assinala que diversos traficantes que costumavam gastar com rapidez elevadas somas, com a adesão ao pentecostalismo passaram a economizar e a investir em negócios legais seus recursos ilicitamente obtidos, no intuito de interromper a atuação no crime e garantir fontes de renda lícita.

Segundo Cunha (Idem), falas de traficantes e moradores evangélicos de Acari costumam exaltar a tranquilidade como característica do cotidiano da favela nos dias atuais. Essa tranquilidade é atribuída ao empenho de traficantes “convertidos” em reduzir os confrontos armados na localidade. Esses personagens teriam implementado mudanças no funcionamento das atividades criminais em Acari, que agora seriam pautadas por discrição e uma relativa pacificação, valores religiosos os teriam levado a superar o ímpeto por revanche na relação com a polícia, gerando sensação de segurança e tranquilidade na comunidade. Relatos acessados pela pesquisadora descrevem a revelação de uma liderança pentecostal a um importante traficante da favela, de que este só conseguiria se libertar da “influência satânica” caso reduzisse o número de mortes na localidade. Tal mensagem, embora não tenha modificado as relações dos agentes do tráfico entre si, teria impactado nas relações destes com moradores de Acari. Na gestão de situações de conflitos e na vigilância dos códigos de conduta impostos na comunidade, como o de não roubar dentro da favela, o tráfico local teria passado a evitar punições mais rigorosas, sobretudo execuções. Essa mudança de postura teria sido amplamente motivada, segundo interlocutores de Cunha (2014), pela fé pentecostal, que os levou a enxergar o tráfico de drogas apenas como uma fonte de renda, de preferência provisória, que não deveria lhes fazer contrair inimigos ou incorrer em matanças.

Se o trabalho de Feltran e outros pesquisadores ressaltam que atuação do PCC na regulação de conflitos e gestão da vida nas periferias de São Paulo teve impacto sobre quantidade de mortes nesses redutos, interferindo nas estatísticas criminais do Estado, a pesquisa de Cunha (Idem) elucida que a atuação de igrejas pentecostais junto a traficantes em Acari, no Rio de Janeiro, influenciou esses agentes criminais a se esquivarem de confrontos armados com a polícia e a evitarem causar mortes nas comunidades. Tanto o PCC nas periferias de São Paulo como diversas denominações pentecostais que têm alcançado considerável legitimação em favelas do Rio de Janeiro são vistos por significativos segmentos de moradores das regiões onde atuam como confiáveis e mais empenhados do que os agentes do Estado na redução mortes e preservação da vida da população mais pobre (FELTRAN, 2010; CUNHA, 2014). Ambos também desenvolvem ações consideradas eficazes e construíram imagem positivas no interior do sistema prisional, cujos detentos, em sua maioria esmagadora, são pobres e oriundos da periferia.

Nesta terceira sessão discutiram-se, sob diferentes pontos de vista, as relações das práticas criminais com as dimensões da moral, da ética e da política. A própria possibilidade de se pensar o mundo criminal como dotado de uma moral, uma ética ou uma política não é evidente e gerou uma série de controvérsias e mal-entendidos. Contudo, essa foi uma frente de investimento de pesquisas muito intensa e, talvez, aquela que ganhou mais visibilidade não acadêmica. Cabe destacar que, desde o início do debate sobre o proceder, essas relações morais éticas e políticas foram, em quase todos os trabalhos, descritos como parte de um universo que não é encapsulado dentro dos limites de um coletivo, mas sim como parte de um processo que atravessa e transcende o mundo criminal – um conjunto de práticas reflexivas que o transcendem: em pichadores, jogadores de futebol de várzea, trabalhadores informais

e ilegais. Da mesma forma, o mundo criminal, como visto, também permeia outros universos, como aquele das práticas religiosas. Esses breves apontamentos iluminam um horizonte de pesquisas futuras em que caberia a reflexão de como essas dimensões ainda podem ser compreendidas de forma mais ampla, em novas e variadas conexões com outros universos sociais.

Considerações e apontamentos sobre um campo de estudos em construção

Conforme exposto nas partes anteriores, pesquisas etnográficas sobre crime e seus protagonistas representam um ganho enorme à pesquisa em ciências sociais do Brasil, e são trabalhos que têm tornado o universo social do crime, suas dinâmicas e personagens mais inteligíveis. Ao invés de dissociado de racionalidade e moralidades, algumas etnografias mostram que ações criminais podem ser racionais, outros elucidam a relevância das moralidades nas relações entre praticantes de crimes e destes com pessoas não envolvidas em atividades criminais, e que valores morais, éticos e uma forma de política orientam ações, reações e avaliações desses agentes sobre situações e pessoas. Outro desdobramento dessas pesquisas, muitas realizadas em periferias urbanas, é mostrar que conexões entre crime e pobreza não podem ser categoricamente descartadas, são trabalhos que elucidam o cotidiano de favelas e bairros pobres em grandes cidades brasileiras, cujos habitantes são fortemente afetados em suas rotinas por dinâmicas criminais, sobretudo o funcionamento do tráfico de droga, as possibilidades de engajamento em atividades ilegais ou de sofrer algum tipo de prejuízo em suas trajetórias é muito maior do que estão sujeitas populações de bairros e regiões mais abastadas. Os mercados criminais são descritos em suas conexões com as instituições estatais e com a economia legal, de modo que todo um novo horizonte de reflexão é aberto para sua compressão.

Além de avanços empíricos, refinamento de categorias analíticas, discussões concernentes a problematizações desenvolvidas ou resultados destes trabalhos, há também contingências e desdobramentos epistemológicos e operacionais a serem assinalados. Um desafio sempre renovado para as pesquisas de cunho etnográfico nas temáticas de violências, crime, conflitos sociais e questões afins é o de escapar do poder de captura de terminologias jurídicas e normatividades daí decorrentes. A atividade de nomear costuma envolver, de modo simultâneo e irrefletido, classificações e juízos de valores. Quando se trata de ocorrências e práticas relacionadas a violências e crimes, separar descrição de classificação se mostra particularmente difícil, nestes casos elucidar um contexto sem sucumbir a adjetivações se torna um desafio. Construir etnograficamente análises e teorizações é o melhor caminho para se refinar a análise e superar leituras que negativizam previamente certos eventos e seus protagonistas.

Em se tratando das pesquisas de cunho etnográfico que focalizam violências e crimes, “levar a sério” a perspectiva nativa traz um ganho incomparável aos trabalhos, propicia análises sofisticadas, livres de adjetivações. Por outro lado, por envolverem contato direto e aproximação com praticantes de atividades ilegais ou violentas, não raro considerados “bandidos de alta periculosidade” pelas polícias, ao alcançar a tão almejada confiança dos “nativos”, problemas de outra ordem despontam. Um dos mais inquietantes é a possibilidade de criminalização dessas etnografias.

Nos Estados Unidos, pesquisadores como Phillipe Bourgois (2003) e Sudhir Venkatesh (2008), cujos trabalhos envolveram pesquisa de campo baseada em observação participante de praticantes de atividades ilegais, tornaram-se alvos de suspeição e tiveram de prestar esclarecimentos à polícia. Mais recentemente, um episódio que teve ampla repercussão na comunidade acadêmica foi uma polêmica

envolvendo a etnógrafa Alice Goffman, filha do célebre Erving Goffman (1922-1992), que por seis anos realizou trabalho de campo junto a jovens negros envolvidos em processos criminais. Na versão em livro de sua tese de doutorado, *On the run: fugitive life in an american city*, Goffman (2014) chama atenção para atuação violenta e persecutória da polícia norte-americana ante jovens negros, mostrando que os sistemas legal e prisional interferem fortemente no cotidiano e na vida familiar em regiões predominantemente habitadas por populações pobres e negras. No apêndice metodológico do seu trabalho, a autora (Idem) conta sobre o assassinato de Chuck, um jovem negro seu amigo. Ela narra uma situação em que dirige um carro acompanhada de um outro jovem interlocutor de campo que portava uma arma, os dois estariam em uma “caçada” ao assassino de Chuck. Por causa desse trecho do texto, a etnógrafa se tornou alvo do jurista e professor de direito da Northwestern University, Steven Lubet (2015), que em uma review on-line de *On the Run* para *The New Rambler* questiona dimensões éticas da pesquisa de Goffman (2014) e a acusa de cometer crime durante a realização do seu trabalho de campo. A acusação de Lubet desencadeou expressivo apoio da comunidade acadêmica à pesquisadora, manifestado em resenhas e artigos elogiosos, dentro e fora dos Estados Unidos, mas evidenciou a vulnerabilidade de pesquisas desenvolvidas com praticantes de atividades ilegais ou alvos de processos de criminalização, baseadas no método da observação participante. Essas pesquisas, com facilidade, podem entrar na mira de grupos conservadores e autoritários, quase sempre os mesmos que resistem em reconhecer a legitimidade das pesquisas em ciências humanas.

No Brasil, não têm se tornado públicos registros de repressão ou perseguição explícita pelos aparatos de repressão do Estado, direcionada a cientistas sociais que pesquisam

atividades ilegais e mantêm contato direto com seus praticantes. Alguns trabalhos de campo que resultaram em teses e dissertações, cujas metodologias se basearam na observação participante, propiciaram aproximações e laços de amizade do pesquisador com os sujeitos de suas pesquisas, praticantes de atividades criminais entre os quais alguns estavam foragidos ou não identificados da polícia (AQUINO, 2010a, 2010b; BIONDI, 2010, 2014; GRILLO, 2008, 2013; HIRATA 2010; MARQUES, 2014). Tais empreendimentos etnográficos, embora tenham envolvido dilemas éticos e metodológicos vivenciados durante o desenvolvimento da pesquisa e depois de sua publicação, não chagaram a se tornar alvos de suspeição ou de investigação declarada pela polícia ou justiça. Não há como afirmar se a não incidência de repressão ou tentativa de criminalização dessas pesquisas revela uma face progressista das nossas instituições de controle ou se deve a grande quantidade de trabalho acumulada nas delegacias de polícia e no Judiciário, em contraste com a deficiência numérica de funcionários, motivo que poderia dissuadir agentes destas instituições de comprometer suas agendas investigando etnógrafos, podendo se explicar ainda pelo fato de nossas pesquisas não serem consideradas “perigosas o suficiente” ou capazes

de ameaçar a credibilidade pública de certas forças “da ordem”, tais como as polícias e o sistema de justiça.

Embora cientistas sociais não tenham garantias jurídicas na realização de suas pesquisas (como têm, por exemplo, os jornalistas, o direito de manter o sigilo sobre suas fontes), há documentos com forte peso político que orientam a atuação destes profissionais, sobretudo nas relações que desenvolvem em decorrência de trabalhos de campo. Os códigos de ética da ABA e da SBS recomendam a preservação da identidade de pessoas e coletivos que colaboram em pesquisas, evitando que desdobramentos desses trabalhos os prejudiquem. Revelações que incriminem ou causem prejuízos diretos a seus interlocutores de pesquisa, constituem, portanto, infração de códigos que regulam sua atuação profissional. Contingências e incertezas concernentes à realização de etnografias que abordam o universo do crime e seus agentes, no entanto, não têm desencorajado novas gerações de cientistas sociais. Expressivas quantidades de apresentações de pesquisas de mestrando e doutorandos nos mais diversos eventos na área de ciências sociais no país demonstram que estão em andamento novas e fascinantes etnografias, abordando as temáticas em pauta.

Referências

- ADERALDO, G. A. *Reinventando a “cidade”*: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” na cidade de São Paulo. 2013. 382 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- AGUIAR, D. P. *“Marcados para morrer”*: moralidades e socialidades das crianças na comunidade do Serviluz. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- ALBUQUERQUE, J. L. C.; PAIVA, L. F. Entre nações e legislações: algumas práticas de legalidade e ilegalidade na triplíce fronteira amazônica. *Ambivalências*, São Cristóvão, v. 3, p. 85-114, 2015.
- ALBUQUERQUE, L. C. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais*: a imigração brasileira no Paraguai. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

- _____. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 579-590, 2010.
- ALMEIDA, L. N. *Estado e ilegalismos nas margens do Brasil e do Uruguai*: um estudo de caso na fronteira de Santana do Livramento e Rivera. 2015. 249 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ALMEIDA, R. *A Igreja Universal e seus demônios*: um estudo etnográfico. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
- ALMEIDA, R. O. *Mulheres que matam*: universo e imaginário do crime no feminino. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.
- _____. *Mulheres que matam*: universo e imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ALMEIDA, R. O.; BRASIL, G. M. Formação da guarda municipal: uma aventura. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 601-628, 2011.
- ALVES, J. C. S. *Dos barões ao extermínio*: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH, 2003.
- ANGELIM, D. M. *O fenômeno dos blogs policiais*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- ANGOTTI, B. *Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus*: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. 2011. 317 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- AQUINO, J. P. D. *Mundo do crime e racionalidade*: os assaltos contra instituições financeiras. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- _____. *Príncipes e castelos de areia*: liminaridade e performance nos grandes roubos. 2009. 230 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- _____. *Príncipes e castelos de areia*: um estudo da performance nos grandes roubos. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010a.
- _____. Redes e conexões parciais nos assaltos contra instituições financeiras. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, p. 75-100, 2010b.
- _____. Etnografando assaltos contra instituições financeiras: a publicação da pesquisa, seus impasses e desdobramentos. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 16, p. 184-210, 2015.
- _____. Subvertendo o Código Penal e a monogamia: arranjos afetivos e familiares envolvendo praticantes de assaltos contra instituições financeiras. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 84-111, 2017.
- ARAÚJO, F. A. *Das consequências da arte macabra de fazer desaparecer corpos*: violência, sofrimento e política entre familiares de vítimas de desaparecimento forçado. 2012. 316 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

- ARAUJO, L. S. *Entre vigilâncias e ilegalismos: cotidiano e práticas policiais do Ronda do Quarteirão no Ceará*. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- ARRUDA, R. H. *Com a morte nos olhos: itinerários de matadores de aluguel*. 2008. 284 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- AYOUB, D. S. *Entre jagunços e valentes: família, terra e violência no interior do Paraná*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- AZEVEDO, L. R. *Do medo de morrer ao medo no viver: um estudo sobre o sequestro relâmpago e suas vítimas*. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- BARBOSA, A. C. R. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduff, 1998.
- _____. Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 166-179, 2001.
- BARBOSA, A. C. R.; RENOLDI, B.; VERÍSSIMO, M. *(I)Legal: etnografias de uma fronteira difusa*. Niterói: Eduff, 2013.
- BARBOSA, W. F. *Nas fronteiras do mundo militar: hierarquia, conflitos e subjetivação na crise do militarismo da PMCE*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- BARREIRA, C. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- BIONDI, K. *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- _____. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- _____. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- BIRMAN, P.; MACHADO, C. B. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 55-69, 2012.
- BIRMAN, P. et al. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.
- BORBA, T. *Uma etnografia sobre a atuação policial em tempos de pacificação no Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- BOURGOIS, P. *In search of respect: selling crack in el barrio*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.
- BUMACHAR, B. *Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*. 2016. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

- CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CAMPOS, J. T. *Um lugar do tamanho do mundo: socialidade e narrativa no Serviluz*. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- CARDIN, E. G. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. *Geopolítica(s)*, Madrid, v. 3, n. 2, p. 207-234, 2012.
- _____. As dinâmicas das fronteiras e as vítimas de homicídios em Foz do Iguaçu, PR (2001-2010). *Século XXI*, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 155-181, 2013.
- CAVALCANTE, P. *Como se fabrica um pistoleiro*. São Paulo: Escrituras, 2003.
- CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.
- CHAGAS, R. S. *Nem anjos nem demônios: o crime como uma esfera da vida de jovens e adultos da periferia de Salvador*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- COSTA, D. L. R. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- COSTA, G. V. L. Os bolivianos de Corumbá: conflitos e relações de poder na fronteira. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 35-63, 2015.
- COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, G. F. Esquemas de fronteira em Corumbá-MS: negócios além do legal e do ilegal. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 207-232, 2014.
- CRISÓSTOMO, F. V. *O homicida apaixonado: quando amor e ódio se misturam*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- CUNHA, C. V. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 61-93, 2014.
- CUNHA, M. I. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetos*. Lisboa: Fim de Século, 2002.
- DIAS, C. C. N. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação da dominação do PCC no sistema carcerário paulista*. 2012. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- _____. Consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista e a nova configuração do poder. *L'Ordinaire des Amériques*, Toulouse, v. 216, p. 1-10, 2014.
- DIÓGENES, G. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop*. 1998. 384 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998a.

- _____. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop*. São Paulo, Annablume, 1998b.
- DORFMAN, A. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. 2009. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- FACHIN, P. Lógica carioca e lógica paulista: duas formas de organização criminosa. *IHU On-line*, São Leopoldo, n. 506, 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://bit.ly/2H8dXab>>. Acesso em: 4 abr. 2018.
- FACHINETTO, R. F. *Quando eles matam e quando elas matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo tribunal de Júri*. 2012. 423 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- FACINA, A. *Vou fazer você gostar de mim: debates sobre a música brega*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.
- _____. *Mapeamento da produção cultural em uma favela da zona norte do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.
- FACINA, A.; PEREIRA, V. H. A.; ARAGÃO, M. (Orgs.). *Poesia Favela: in livro*. Rio de Janeiro: Encantarte, 2012.
- FARIAS, J. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de população de favelas no Rio de Janeiro*. 2014. 248 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- FEFFERMAN, M. *Nas fronteiras da lei e do fora da lei*. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- _____. *Vidas arriscadas*. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FELTRAN, G. S. *Fronteiras de tensão: política e violência na periferia de São Paulo*. 2006. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- _____. O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 93-126, 2008.
- _____. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010.
- _____. Diário intensivo: a questão do adolescente “em conflito com a lei”, em contexto. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 1-44, 2011a.
- _____. *Fronteiras de tensão: política e violência na periferia de São Paulo*. Marília: Editora Unesp, 2011b.
- _____. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012.

- FERNANDES, A. S. *Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro*. 2013. 310 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- FERREIRA, M. I. C. *Homicídios na periferia de Santo Amaro: um estudo sobre a sociabilidade e os arranjos de vida num cenário de exclusão*. 1998. 207 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- FIORI, M. *Uso de drogas: substâncias, sujeitos e efeitos*. 2013. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- FONSECA, C. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRAGA, P. C. P.; NASCIMENTO, J. K. N. Participação feminina nos mercados de drogas ilícitas no Vale do Rio São Francisco, no Nordeste brasileiro. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 135-157, 2017.
- FREITAS, A. C. V. *E isso é bandido? Engajamentos à vida do crime na Região Metropolitana da Grande Vitória*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- FREITAS, G. J. *Ecos da violência em Alagoas*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- _____. *Ecos da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste Canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- FRÚGOLI JUNIOR, H. Introdução: dossiê Luz, São Paulo. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 1-20, 2012.
- GODOI, R. *Prisão e periferia: trajetórias que se cruzam em São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- _____. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. 2015. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- _____. O controle da pena: presos, defensores e processos nos circuitos do sistema de justiça. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 389-411, 2017.
- GOFFMAN, A. *On the run: fugitive life in an American city*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.
- GRILLO, C. *Fazendo o doze na pista: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média*. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. 2013. 291 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

- HIRATA, D. *Futebol “de várzea”*: um estudo sobre práticas urbanas e seus territórios. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. Les “Racionais” et la Vida Loka. In: CABANES, R.; GEORGES, I. (Orgs.). *São Paulo, debut de siecle: la ville d’en bas*. Paris: L’Harmattan, 2009.
- _____. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- _____. *Produção da desordem e gestão da ordem: notas para uma história recente do transporte clandestino em São Paulo*. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 441-465, 2011.
- _____. A propos d’un point de vente de drogues: notes ethnographiques. *L’ordinaire des Ameriques*, Toulouse, v. 216, p. 1-17, 2014a.
- _____. Ilegalismos. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014b.
- _____. Gangsta rap: possibilidades analíticas e tipo social. *Antropolítica*, Niterói, n. 38, p. 61-67, 2015a.
- _____. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 30-34, 2015b.
- HIRATA, D.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 75-98, 2017.
- HYRA, T. C. *Contando as violências: estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis (SC)*. 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- JERMMAN, M. *Do bar ao xadrez: a criminalização do ato de beber e dirigir e o controle institucional do comportamento social dos indivíduos na condução de veículos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- LABRONICI, R. B. *Para todos vale o escrito: uma etnografia do jogo do bicho*. 2012. 60 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- LAGO, N. B. *Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal*. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LEITE, M. P. *Pala além da metáfora da guerra: percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca*. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- LEMOS, C. B. *Puxando pena: sentidos nativos da pena de prisão em cadeias do Distrito Federal*. 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

- LESSING, B. Counterproductive punishment: how prison gangs undermine state authority. *Rationality and Society*, Thousand Oaks, v. 29, n. 3, p. 12-49, 2017.
- LIMA, C. A. R. G. *As contravenções e o cotidiano dos presídios*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- LIMA, J. S. F. *Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital*. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L. (Orgs.). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.
- LIMA, W. S. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. São Paulo: Labortexto, 2001.
- LIMA FILHO, R. *Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- LOPES JUNIOR, E. Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil. *Cronos*, Natal, v. 7, p. 353-372, 2007.
- LUBET, S. Ethics on the run. *New Rambler*, [s.l.], 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ViXKwd>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- LYRA, D. *A república dos meninos: valores éticos e morais dos garotos armados do morro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- _____. *A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- MACHADO, C. B. Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 153-180, 2014.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 13, p. 115-112, 1999.
- _____. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MACIEL, W. C. 2014. *Os “Maria da Penha”: uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte*. 2014. 328 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.
- MAGALHÃES, C. A. T. *O crime segundo o criminoso: um estudo de relatos sobre a experiência da sujeição criminal*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MALHEIROS, I. M. *Eu dizendo uma coisa e todo mundo dizendo outra: o abuso sexual infantojuvenil em múltiplos contextos*. 2017. 296 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

- MALLART, F. *Cadeias dominadas: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos*. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MALLART, F.; RUI, T. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas. *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 21, p. 1-17, 2017.
- MALVASI, P. *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MARINHO, C. *Viúvas de gangues: o universo interdito da violência urbana juvenil*. 2004. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Fortaleza, Fortaleza, 2004.
- _____. *Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da Cidade*. 2012. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- MARQUES, A. C. R. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão do Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MARQUES, A. J. Da “bola de meia” ao triunfo do “Partido”: dois relatos sobre o “proceder”. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 1, p. 1-7, 2007a.
- _____. Dar um psicológico: estratégias de produção de verdade no tribunal do crime. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 7., 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007b.
- _____. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- _____. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, n. 2, p. 311-335, 2010.
- _____. *Crime e proceder: um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda, 2014.
- _____. *Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública no estado de São Paulo*. 2017. 331 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.
- MARQUES, A. J.; BIONDI, K. (Orgs.). Dossiê: jovens em conflito com a lei. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 259-374, 2011.
- MARTINEZ, M. M. *Redes do cuidado: etnografia de aparatos de gestão intersetorial para usuários de drogas*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- MATTOS JÚNIOR C. C. *Violência, cidadania e medo: experiências urbanas em Fortaleza*. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

- MELO, J. G.; ALVES, L.; CAVALCANTE, J. A. Do lado de dentro e do lado de fora: justiça e criminalidade a partir de perspectivas de mulheres em situação de prisão e na condição de visitantes. *Vivência*, Natal, v. 1, n. 46, p. 1-20, 2015.
- MELO, J. G.; RODRIGUES, R. Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do Massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 48-62, 2017.
- MELO, N. J. A. “*Suspeitei desde o princípio*”: a construção de identidade entre os internos da FUNASE-PE. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- MENDONÇA, N. A. S. *Ritual do enquadramento juvenil*: uma análise de interações e performances entre jovens autores de ato infracional e o sistema de Justiça no Ceará. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.
- MENEZES, P. V. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”*: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- MISSE, M. *Malandros, marginais e vagabundos*: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- MORAES, T. A. B. *Morro do Dezoito*: um estudo das relações entre moradores e traficantes sob o aspecto da confiança. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MORALES, L. P. *Cenários da violência*: análise estético-narrativa do telejornal policial Barra Pesada. 2014. 185f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- MOREIRA-LEITE, A. M. *Tribunal do Júri*: julgamento da morte no mundo dos vivos. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- NERI, N. 2009. “*Tirando a cadeia dimenor*”: a experiência da internação e as experiências de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- OBERLING, A. O. *Maconheiro, dependente, viciado ou traficante?* Representações e práticas dos policiais militares sobre o consumo e o comércio de drogas na cidade do Rio de Janeiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- OLIVAR, J. M. N. *Guerras, trânsitos e apropriações*: políticas da prostituição feminina, a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre, Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

- _____. Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira através das políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. *Ambivalências*, São Cristóvão, v. 3, p. 149, 2015.
- OLIVEIRA, G. F. O. *Nas bocas da cidade de Corumbá-MS: o comércio de drogas na fronteira do Brasil-Bolívia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2013.
- OLIVEIRA, I. M. S. *Do vapor ao sapatinho: organização das quadrilhas e gerenciamento de vítimas de roubos a banco*. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- OLIVEIRA, L. M. R. *Crime é “coisa de mulher”*: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- PADOVANI, N. C. *Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. 2015. 400 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- PAES, V. F. *Como se contam crimes: um estudo sobre a construção do crime no Brasil e na França*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- PAES-MACHADO, E.; VIODRES-INOUE, S. O lado sombrio da estrada: vitimização, gestão coercitiva e percepção de medo nos roubos a ônibus interurbanos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 89, p. 9-30, 2015.
- PAIVA, L. F. S. *Contingências da violência urbana em um território estigmatizado*. 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- _____. *Significados da morte: o discurso da imprensa sobre crimes que “abalaram o Brasil”*. 2012. 376 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- PEREIRA, A. B. *De rolê pela cidade: os pixadores na cidade de São Paulo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, 2005.
- PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a relação entre o prostituto viril e seu cliente*. 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.
- PIMENTA, I. L. *Dos acessos ao “mundo do trabalho”*: uma etnografia sobre os processos de construção institucional de presos e egressos no Rio de Janeiro (Brasil) e em Ottawa (Canadá). 2014. 326 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- PISCITELLI, A. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais de sexo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- PISCITELLI, A.; LOWENKRON, L. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 35-39, 2015.

- PIRES, L. *“Arreglar” não é pedir arrego: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro*. 2010. 405 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- POLICARPO, F. *O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre Rio de Janeiro, Brasil, e San Francisco, EUA*. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- PORTO, C. A. M. *Selves em cadeia: um olhar sociológico sobre a carreira moral de egressos do sistema penitenciário carioca*. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- RABOSSA, F. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. Tempo de movimento em um mercado de fronteira: Ciudad del Este, Paraguai. *Sociologia & Antropologia*, São Paulo, v. 5, p. 405-434, 2015.
- RAMALHO, J. R. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- RAMIREZ, J. G. et al. *Economia criminal y poder político*. Medellín: Eafit, 2013.
- RATTON, J. L.; DAUDELIN, J. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 115-132, 2017.
- RENOLDI, B. *Os vãos esquecidos: experiência de investigação, julgamento e narcotráfico na fronteira Argentina-Paraguai*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- _____. Otro dolor para América Latina: la política de guerra a las drogas y sus consecuencias. *Revista de Salud Pública*, Córdoba, v. 16, n. 3, p. 33-41, 2012.
- _____. Estados posibles: travesías, ilegalismos y controles en la Triple Frontera. *Etnográfica*, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 417-440, 2015.
- RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. *Primeira Mão*, Curitiba, v. 18, n. 7, p. 1-13, 1997.
- RUI, T. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- _____. *Corpos abjetos: etnografia em cenário de uso e comércio de crack*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Campinas, Campinas, 2012.
- SÁ, L. D. *Guerra, mundão e consideração: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz*. 2010. 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

- _____. A condição de bichão da favela e a busca por consideração: uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 339-355, 2011.
- SALES, L. J. M. *Medo e sofrimento social: uma análise das narrativas de policiais militares em atendimento clínico*. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- SANJURJO, L.; FELTRAN, G. Sobre lutos e lutas: violência de Estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 40-45, 2015.
- SANTOS, A. C. *Crimes passionais e honra no tribunal do Júri brasileiro*. 2008. 167 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- SANTOS FILHO, J. C. M. *Sociedade do controle, guerra às drogas e as favelas do Rio de Janeiro: o caso do Centro de Comando e Controle da UPP Rocinha*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- SCHRITZMEYER, A. L. P. *Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri: ritual lúdico e teatralizado*. 2002. 284 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SEPÚLVEDA FILHO, D. A. *A firma é forte: trabalho, crime e consumo nas redes da violência urbana*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, A. M. S. *Agentes públicos na segurança privada: a configuração do bico na cidade de Fortaleza*. 2010. 126f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- _____. *A inversão da ordem na vida policial: sociabilidade prisional e práticas ilegais*. 2015. 237 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- SILVA, J. D. S. *Políticas de quebrada e políticas estatais referentes aos homicídios em Luzia, São Paulo*. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- SILVA, K. A. *A construção social e institucional do homicídio: da perícia em local de morte à sentença condenatória*. 2013. 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, L. A. M. Violência urbana e agenda pública. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 10-15, 2003.
- SIMIÃO, D. S. *As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste*. 2005. 257 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.
- SIQUEIRA, I. B. L. *Aqui ninguém fala, escuta ou vê: relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus*. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- SOUZA, J. A. *Sociabilidades emergentes: implicações da dominação de matadores na periferia e traficantes nas favelas*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

- TEIXEIRA, C. P. *A construção social do "ex-bandido": um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- _____. *A teia do bandido: um estudo sociológico sobre bandidos, policiais, evangélicos e agentes sociais*. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- TELLES, V. S. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 84, p. 153-173, 2009a.
- _____. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 97-126, 2009b.
- TELLES, V. S.; AZAIS, C.; KESSLER, G. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Traço Fino, 2012.
- TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 61, p. 173-192, 2007.
- _____. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, p. 39-59, 2010.
- TELLES, V. S.; PERALVA, A. *Ilegalismos na globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.
- VALENTE, J. B. *Dilemas morais na liberdade assistida: o caso de Campinas*. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- VALENTIM, D. C. *Semear é preciso, viver não é preciso: economia do compartilhamento e dispersão de sementes digitais através de redes P2P*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- VARGAS, E. V. *Entre extensão e intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de "drogas"*. 2001. 623 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- VARGAS, J. D. *Estupro: que justiça?* Fluxo do funcionamento e análise do tempo da Justiça criminal para o crime de estupro. 2004. 307 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- VENKATESH, S. *Chefe de quadrilha por um dia*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008.
- VERISSIMO, M. *Maconheiros, fumons e growers: um estudo comparativo do consumo e do cultivo caseiro de maconha no Rio de Janeiro e em Buenos Aires*. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- VIANNA, A. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a espera entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, P. et al. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- VIEIRA, D. *Correndo pelo certo, vivendo no crime: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas*. 2014. 366 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

- VIEIRA, T. M. *Nem junto, nem misturado: uma etnografia sobre paz e proximidade na UPP Nova Brasília*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- VILLELA, J. M. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- VIODRES-INOUE, S. R. *Vitimização de rodoviários interurbanos por assaltos*. 2008. 255 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- WILLIS, G. D. *Killing consensus: police, organized crime and regulation of life and death in urban Brazil*. Berkeley: University of California Press, 2015.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações vicinais e o significado da pobreza*. 1984. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- _____. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZARANZA, J. S. *Amores exilados: vivências de amor e relacionamento familiar entre mulheres e homens em detenção*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- ZILLI, L. F. *O bonde tá formado: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- _____. O mundo do crime e a lei da favela: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. *Etnográfica*, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 463-487, 2015.

Resumo

Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017

Trata-se de um levantamento das pesquisas realizadas no Brasil sobre práticas criminais por meio de uma perspectiva etnográfica. O período selecionado contempla os anos de 2000 a 2017, no qual identificamos um aumento substancial dos trabalhos que envolvem pesquisa de campo e que procuram compreender analiticamente mercados ilegais e ilegalismos, coletivos criminais e a ética, moral e política do crime. Destacamos as contribuições dessas pesquisas para o debate acadêmico mais amplo sobre esses temas, assim como os dilemas metodológicos e éticos envolvidos na construção empírica do campo.

Palavras-chave: Etnografias do Crime; Ilegalismos; Coletivos Criminais; Ética, Moral e Política Criminal.

Abstract

Ethnographic inserts into crime: some considerations on research conducted in Brazil between 2000 and 2017

This article aims to review research on criminal practices conducted in Brazil through an ethnographic perspective. The period selected, from 2000 to 2017, is justified by the substantial increase in studies involving field research and that seek to understand analytically illegal markets and illegalisms, collective criminality and the ethics, morality and

politics in crime. We emphasize the contributions of these researches to the academic debate on these themes, as well as the methodological and ethical dilemmas involved in the empirical construction of the field.

Keywords: Ethnographies of Crime; Illegalisms; Collective Criminality; Ethics, Morality and Politics in Crime.

Résumé

Regards ethnographiques sur l'univers de la criminalité : quelques considérations sur la recherche menée au Brésil entre 2000 et 2017

Il s'agit d'un bilan bibliographique des recherches menées au Brésil sur les pratiques criminelles dans une perspective ethnographique. La période concernée sont les années entre 2000 à 2017, est justifiée par une augmentation substantielle des études qui portent sur la recherche sur terrain et une tentative analytique de comprendre les marchés illégaux et les illégalismes, les collectifs criminelles et l'éthique, la morale et les politiques criminelles. On souligne les contributions de ces recherches au débat académique plus large sur ces thèmes, ainsi que les dilemmes méthodologiques et éthiques impliqués dans la construction empirique de la recherche sur terrain.

Mots-clés: Ethnographies du Crime; Illégalismes; Collectifs Criminels; Éthique; Morale et Politique Criminelle.